

Editorial

Foto: Prometeo Lucero



A foto mostra uma área desmatada, com nuvens e o céu azul.

O morro está erodido, pelado, mas as nuvens continuam acariciando a terra. Isso é visto de uma cesta aberta, que simboliza, com seu trançado, a comunidade que é união e trabalho compartilhado.

E este horizonte aberto, apesar dos graves problemas, nos leva a pensar na manipulada e falida Conferência das Partes sobre Mudança Climática em Cancún e na enorme mobilização que veio das bases para gritar em prol de justiça social e ambiental. Faz-nos repensar os falsos remendos que continuam sendo promovidos com objetivos de lucro.

Mas, também, de uma infinidade de rincões, as organizações, comunidades e coletivos repensamos, vendo o panorama completo, as verdadeiras soluções que propusemos. Entendemos que o sistema industrial capitalista contemporâneo procura controlar a maior quantidade de relações, riquezas, bens comuns, pessoas e atividades potencialmente lucrativas, através de leis, disposições, políticas, “pesquisas”, extensão rural, programas, projetos e montes de dinheiro.

Os agronegócios, por exemplo, que implicam produzir (alimentos e agora agrocombustíveis) em grandes extensões de terra para colher grandes volumes e obter muito lucro a qualquer custo, têm incrustada uma lógica industrial que exerce uma violência extrema contra as escalas naturais dos processos e dos ciclos vitais, e, em sua “integração vertical”, promovem uma louca corrida para agregar valor econômico aos alimentos com mais e mais processos – grilagem legal de terras, que implica concentração, desmonte e

desmatamento; sementes desenhadas em laboratório, patenteadas e certificadas; solos manejados (e empobrecidos) com fertilizantes e agrotóxicos megaquímicos, com monocultivo e mecanização agrícola; transporte, lavagem, processamento, empacotamento, estiva, armazenagem e novo transporte (inclusive internacional) até chegar a mercados, lojas, supermercados e restaurantes.

Isso torna o sistema agroalimentar mundial (toda uma trama de atividades relacionadas, muitas desnecessárias) o responsável pela emissão de gases de efeito estufa que podem chegar a 57% do total dos gases emitidos. Esses processos, somados, são o que mais contribui para o aquecimento que aumenta a crise climática.

A forma de produzir alimentos industrialmente produz lucros imediatos e inclusive lucros adicionais se as empresas vendem direitos de contaminação em outras partes reduzindo somente um pouquinho suas emissões, graças a mecanismos financeiros perversos que hoje têm tanto respaldo institucional (como REDD). Mas, está claro que seus métodos são tão insustentáveis que, nos últimos 50 anos, o uso de agrotóxicos e outras práticas industriais que erodem os solos causaram a perda média de entre 30 e 60 toneladas de matéria orgânica por hectare, ou seja, entre 15 e 20 bilhões de toneladas de matéria orgânica, o que significa estar perdendo o coração dos processos agrícolas que podem, sim, esfriar, estabilizar a Terra.

Não é de se estranhar, então, o caos ambiental do planeta, que, além do mais, subjuga as comunidades presas nesse sistema globalizador, que não resolve a alimentação das comunidades nem dos bairros, mas, sim, torna trabalho ignóbil e às vezes semiescravo o que antes era tarefa camponesa criativa, digna e de grande zelo.

Por isso, produzir nossos alimentos de forma independente do chamado sistema alimentar mundial é algo profundamente político e transformador. É isso porque recorre às práticas camponesas que, durante milênios, cuidaram dos territórios de uma maneira integral. As comunidades camponesas que cuidaram dos campos e florestas (em sua maioria indígenas) e, assim, do mundo, cuidaram por milênios das sementes como o legado comum mais valioso da humanidade e entendem que a fertilidade e estabilidade naturais dos solos dependem também da estabilidade e bons cuidados do território em seu sentido mais amplo (e suas florestas, águas, animais), através de saberes mútuos, compartilhados: verdadeiros bens comuns que vão além das meras práticas agrícolas convencionais.

A agricultura camponesa pode esfriar a terra, mas há que se entender que essa tarefa é também algo que deve ser comum, compartilhado, porque o cuidado do território assim o exige, e porque as corporações já são muito poderosas, muito influentes.

Por isso, se acreditamos de verdade na via camponesa para resolver o problema da crise climática (e outras várias crises relacionadas), então temos que, de forma bem radical, voltar a lutar pela defesa da terra em mãos camponesas, indígenas.

Sim. Há que se continuar buscando que os países reduzam suas emissões. Há que se continuar lutando para não permitir os sistemas de especulação

financeira que agravam a situação, que enriquecem uns tantos e deixam a contaminação intacta, como o infame programa REDD. Há que se continuar freando os nocivos projetos da chamada geoengenharia.

Mas, o crucial é fazer um chamado em busca de uma reforma agrária integral, em nível planetário e país por país, que reconheça os territórios (terra, ar, água, biodiversidade, recursos) dos povos e seu caráter comunal, inalienável, não embargável e imprescritível. Deter o processo atual de grilagem legal agrária por parte de governos e companhias de especulação financeira. Empreender uma defesa dos territórios dos povos contra todos os projetos extrativistas que atentam contra a possibilidade de que, como camponeses, retomem um cuidado de solos, águas, florestas, processos vivos entre animais e plantas, com uma produção própria que não viole os processos naturais biológicos e sociais incluídos no cultivo, que circule distâncias pequenas, que reduza os processos compreendidos entre a produção e o consumo, que recorra o menos possível aos mecanismos monetários, que implique uma integralidade entre cultivar, coletar, caçar, pastorear ou cuidar de animais de criação doméstica, e que isso reforce modos de vida mais equitativos, comunitários e com desejos de justiça. É crucial que os governos e a sociedade civil que efetivamente têm boa vontade reconheçam que o modelo extrativista, industrial, não é compatível com o “bem viver” dos povos.

É indispensável apoiar a autonomia, os autogovernos, a autodeterminação dos povos, mas não de uma maneira retórica e distante, e sim desde os mesmos processos de trabalho de base, organizados e sistemáticos.

Só assim será possível que a agricultura camponesa esfrie a Terra, contribua para o cuidado do planeta e para a promoção da justiça. Essa é a verdadeira luta, e não é uma tarefa fácil. A soberania alimentar será alcançada mediante um trabalho em muitas frentes. Tê-la como ordem é crucial, mas promovê-la em nossa cotidianidade imediata é um desafio impostergável.

Biodiversidade se oferece como instrumento para discutir, buscar respostas, propostas, caminhos comuns. Aqui estamos com o horizonte aberto, apesar de tudo.

Documentos finais do V Congresso da CLOC - Via Campesina

Em nosso número anterior de Biodiversidade, apresentamos vários documentos que foram discutidos no V Congresso da Coordenadora Latino-americana de Organizações do Campo (CLOC) – Via Campesina, celebrado em Quito, Equador, de 8 a 16 de outubro de 2010. Naquele momento, Biodiversidade serviu de ferramenta para documentar a memória e o contexto geral em que ocorria o congresso. Agora apresentamos três documentos finais (a declaração geral, a declaração da IV assembleia da articulação das mulheres do campo da CLOC – Via Campesina e o documento que reitera a solidariedade com as lutas travadas por vários povos e movimentos na América Latina).

Declaração de Quito

Depois de 518 anos de resistência à invasão, ao despojo e à exploração, chegamos à terra de Eloy Alfaro, de Tránsito Amaguaña e de Manuelita Sáenz. Transitamos pelos caminhos da América cheios de mística e força, lutando, mobilizando-nos e debatendo, levantando nossas bandeiras, fortalecendo nossas organizações e ampliando nossas alianças. Aos pés do Pichincha, na metade do mundo, realizamos nosso V Congresso depois de um ano de esforço organizativo e mobilizador.

Aqui estamos as e os continuadores históricos dos processos sociais que surgiram com a Campanha de 500 anos de Resistência Indígena, Camponesa, Negra e Popular. Aqui estamos quase uma centena de organizações do campo de toda América, representadas em mais de mil delegadas e delegados, que surgimos dos processos de unidade que desde os setores populares viemos construindo como uma resposta decidida e valiosa frente à transnacionalização do capital e seus efeitos perversos.

Nosso V Congresso se caracterizou pela maior participação de mulheres e jovens e pelos importantes aportes de organizações de povos originários e afrodescendentes, reflexo dos maiores níveis de convergência e das fortes lutas que os povos originários de todo o continente têm travado nos últimos anos. Valorizamos especialmente o aporte a todas as nossas lutas que significou incorporar a visão do *sumak kawsay*, ou bem viver.

Os trabalhos do Congresso construíram uma visão coletiva do contexto em que desenvolvemos nossas lutas. Estamos vivendo uma etapa de ascensão das lutas sociais na América Latina. O fortalecimento das organizações camponesas, populares e de povos originários e afrodescendentes provocou simultaneamente o surgimento de governos progressistas e o recrudescimento das agressões por parte do império. As direitas do continente, o governo dos Estados Unidos e os grandes capitais realizam uma contraofensiva com novas formas de colonialismo, despojo e repressão, que combinam as estratégias políticas com as formas mais cruas de militarização e agressão armada [...]

A agricultura, a água, a alimentação e nossos bens naturais são hoje alvo central do grande capital financeiro. Através de grandes investimentos, aceleraram a

concentração da produção, processamento e comercialização agrícolas, e se aprofundou a dependência em relação aos agrotóxicos e outros insumos industriais.



O resultado é a expulsão maciça e através da força de povos originários e camponeses, a estrangeirização da terra, a perda de soberania nacional e popular, assim como a destruição da Mãe Terra. Diante disso, nosso Congresso levantou com decisão seu lema central; “Contra o saque do capital e do império, pela terra e pela soberania de nossos povos, América luta” e reafirmou nossa decisão de defender o planeta, a agricultura camponesa e a dignidade e bem viver dos povos.

A crise climática produzida pelos modelos de produção e consumo impostos pelo capitalismo deixa sentir suas piores consequências sobre os povos do mundo e especialmente sobre os que vivemos e produzimos no campo. Acabar com o capitalismo passa a ser não só um objetivo social, mas sim um passo necessário para a sobrevivência da humanidade e do planeta. Precisamos acabar com o modelo agrícola industrial, agroexportador e hiperconcentrado, responsável principal pela crise climática. Comprometemo-nos a levantar e impulsionar com força a posição da Via Campesina, quanto à agricultura camponesa ser a via mais segura e efetiva para esfriar o planeta e reconstituir os equilíbrios naturais.

Os projetos REDD (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal) são um aprofundamento dos processos de privatização dos territórios que pretendem incorporar as florestas e outros ecossistemas aos mercados internacionais. Para isso, eliminam e desconhecem os direitos dos povos e comunidades sobre suas terras e territórios, impossibilitando também a soberania alimentar e outros direitos coletivos.

A ambição do capital não para. Impôs leis, regulamentações e programas que procuram privatizar a vida, as sementes e o conhecimento. A pesquisa científica e tecnológica ficou progressivamente sob domínio do capital, e, na agricultura, foi imposto um modelo tecnológico único que fomenta a dependência e ignora os saberes e técnicas populares e agroecológicas. O mundo e os camponeses vemos com horror

como se utilizam ou tratam de impor leis e tecnologias da destruição e do despojo, como a privatização das sementes, os cultivos transgênicos, sementes Terminator, a biologia sintética e a geoengenharia.



Continuaremos defendendo nossas sementes contra a privatização e a destruição, e as multiplicaremos para que circulem livremente e sirvam de base para a soberania alimentar.

A América Latina sofre de altos níveis de desigualdade e de concentração da terra. Isso é resultado de processos históricos desde a invasão colonial e a constituição dos Estados nacionais, de várias décadas de neoliberalismo e de processos de contrarreforma agrária que provocaram concentração e reconcentração da terra. Nos últimos anos, soma-se um novo fenômeno de grilagem legal de terras por parte de empresas estatais, transnacionais do agronegócio e transnacionais financeiras. A grilagem legal de terras viola os direitos humanos, porque rouba das comunidades camponesas as possibilidades de se alimentarem e de nos alimentar agora e no futuro.

Reafirmamos a luta por uma reforma agrária integral e pela soberania alimentar como pilares centrais de nosso projeto de futuro. Reconhecemos avanços como os obtidos na Bolívia, onde se reconhece legalmente a propriedade coletiva das comunidades camponesas e de povos originários, e se limita a concentração da terra. No entanto, vemos que, em termos gerais, houve retrocesso na América Latina quanto ao direito à terra e ao território.

Vivemos e sofremos a capacidade de destruição e devastação do capitalismo. Porém, a força de nossas lutas, as formas de unidade que vamos construindo, a revalorização de nossos aportes, nossas visões e culturas, o ressurgimento da vida que vemos em nossos triunfos, nos levam a assegurar que nossas lutas e atividades nos permitirão dismantlar o capitalismo e construir um campo e um mundo que garantam a dignidade e o bem viver para todas e todos.

Contra o saque do capital

*e do império, América luta!
Pela terra e pela soberania
de nossos povos, América luta!*

**Declaração final da
IV Assembleia da Articulação
de Mulheres do Campo,
CLOC – Via Campesina**

No compasso das lutas históricas dos povos e de seus movimentos sociais, a América latina empreendeu um inédito caminho de mudanças, de desenvolvimento de pensamento próprio, de fortalecimento do projeto socialista, de construção do Bem Viver, que já se cristaliza em processos de transição que apostam pela descolonização e por profundas transformações, que conduzam a sociedades de igualdade, justiça e soberanias, assim como de harmonia entre seres humanos e natureza.



Para as mulheres do campo de nossa América Latina, reunidas na metade do mundo, o reconhecimento dos direitos da Pachamama (Mãe Terra) e de nossas obrigações junto a ela, a afirmação da diversidade econômica e produtiva, a prioridade da reprodução da vida e não do capital, constituem uma significativa síntese das reivindicações históricas das camponesas, indígenas e afrodescendentes.

Mas, enquanto nos congratulamos com esses avanços, que resultam de nossas lutas e resistências, reafirmamos nossa vontade de continuar lutando para que a proposta feminista continue contribuindo para definir as mudanças socialistas que almejamos,

pelo que lutaremos sem cessar até que as forças combinadas do capitalismo e do patriarcado sejam parte do passado.

Da mesma forma, comprometemo-nos a seguir lutando pela soberania alimentar, por nossos modos de vida, pelas agriculturas camponesas e por formas distributivas de reciprocidade, que se desenvolvam em convivência com a natureza, em cujo seio realizamos o exercício criativo da agricultura, da hibridização de sementes, da criação alimentar e de cuidados integrais, e outros conhecimentos, graças aos quais alimentamos o mundo.

Rechaçamos energeticamente as visões capitalistas que se impõem no agrário, que privatizam a terra e a água e impõem dinâmicas empresariais que aniquilam a vida camponesa.

Opomo-nos a que a transnacionalização da produção alimentar e a lógica da acumulação de lucros para o capital continuem atuando como o objetivo da humanidade e submetam nossas vidas aos seus interesses.

Queremos transitar de uma visão de distribuição regrada pelo “livre comércio” para uma de reciprocidades, complementariedades e cooperação, tal como nossas organizações vieram propondo em seus países, mas também no processo de integração regional – a ALBA e a Unasur -, que é um eixo chave para encaminhar nossas aspirações socialistas e antipatriarcais.

A América Latina que queremos é uma que se construa de relações harmoniosas e de interdependência entre seres humanos, constituídos como iguais, que encaminhem o seu agir à luz da sustentabilidade da vida.

A América Latina que aspiramos construir é uma de convivência solidária entre povos e culturas diversos, descolonizada, sem machismo e nem racismo.

Queremos uma América Latina comunicada, que reconheça e se reconheça na diversidade de formas de expressão e comunicação de nossos povos, com meios de comunicação nos quais se expressem as iniciativas de nossos movimentos sociais e as propostas políticas de mudança. Rechaçamos a arremetida ideológica capitalista e sexista que os meios de comunicação corporativos impõem, que se converteram em porta-vozes dos interesses do capital e da direita.

Queremos uma região e um mundo livres de todas as manifestações de violência, seja esta sexista, patriarcal, capitalista ou imperialista.

A América Latina e o Caribe que queremos é um território de paz, desmilitarizado, sem bases militares estrangeiras, livre das práticas imperialistas de controle, sem criminalização nem perseguição política da organização, do protesto e da pobreza.

Rechaçamos e condenamos as ameaças imperialistas e as tentativas golpistas contra os processos de mudança, como ocorreu na República Bolivariana da Venezuela, no Estado Plurinacional da Bolívia, no Equador, e como foi imposto em Honduras. Rechaçamos toda tentativa de ingerência e interferência em nossos países e nas decisões de seus povos, como se expressa no bloqueio imposto a Cuba, por mais de 50 anos, pelo governo dos Estados Unidos.

Nós, as mulheres do campo, provenientes de 19 países, levantamos nossas vozes em unísono em defesa da Mãe Terra como um todo e por uma reforma agrária integral que garanta o acesso das mulheres à terra. Levantamos nossas vozes em defesa da soberania alimentar, da produção e distribuição baseadas em economias solidárias e comunitárias, não nos esquemas capitalistas injustos e depredadores.

E nos manteremos alertas até que nossa América Latina e o mundo sejam livres da opressão do capital e do patriarcado.

Sem feminismo não há socialismo.

Contra o saque do capital e do império, América luta.

Pela terra e pela soberania de nossos povos, América luta.

Mulheres do Campo lutando pela soberania popular, pela justiça, a vida e a igualdade.

Solidariedade com os povos e suas lutas

A partir de 11 de setembro de 2001, com a queda das torres gêmeas, os Estados Unidos deram um golpe planetário e o poder norte-americano converteu-se no Estado mundial para a submissão. Impõe-se, assim, no planeta, uma estratégia de repressão violenta que utiliza diversos mecanismos, como a guerra aberta, a luta contra o tráfico de drogas, o terrorismo e a delinquência, o paramilitarismo e a ajuda humanitária em casos de desastres. Dessa forma, criminalizam-se os movimentos e as lutas sociais.



Com essa finalidade, expandiram-se as bases militares dos Estados Unidos, e se reforçam as operações conjuntas entre Estados Unidos, a OTAN e as polícias e forças armadas de nossos países. Ao mesmo tempo, vemos em nosso continente o ressurgimento dos movimentos golpistas, que tiveram êxito em Honduras devido ao forte apoio dos Estados Unidos, mas que as mobilizações populares derrotaram na Bolívia, na Venezuela e no Equador. As organizações da CLOC manter-se-ão mobilizadas e em alerta para impedir novos movimentos.

A migração maciça é sempre forçada e é utilizada pelos grandes capitais para contar com exércitos industriais de reserva. A migração campo-cidade deve-se à escassez e ao despojo de terras, às ações militares e paramilitares, à perda de bens produtivos, às más condições de vida e à crise climática. O resultado da migração é a formação de cinturões de pobreza nas cidades, que levou muitos a viver na miséria e a mendigar para alimentar seus filhos e filhas. As e os migrantes transnacionais não têm os mesmos direitos que os trabalhadores locais, não têm direito à proteção da saúde nem a receber educação, e seus filhos e filhas ficam frequentemente sem nacionalidade.

Em geral, no continente latino-americano, os direitos humanos dos camponeses e camponesas, povos originários e afrodescendentes foram violados de maneira sistemática e permanente pelo poder dominante ligado ao capital nacional e transnacional, como uma herança histórica desde a Conquista. Atualmente é uma estratégia do capitalismo para desarticular e destruir as lutas populares e se apropriar dos bens naturais, para garantir o saque através da mineração a céu aberto, das represas, da exploração maciça dos mares, dos deslocamentos forçados dos povos originários, dos monocultivos transgênicos e do controle monopólico da alimentação. As violações dos direitos humanos converteram-se numa política de Estado de muitos países, passando por cima, inclusive, de disposições constitucionais. Os feminicídios são a forma mais profunda e grave da violação dos direitos humanos na América Latina, com sistemáticos sequestros, estupros e assassinatos.

Na Colômbia, no Peru, em Honduras, no Chile, na República Dominicana, no Haiti, no México, no Panamá, são permanente e sistematicamente violados os direitos humanos dos camponeses e camponesas, dos povos originários e afrodescendentes. São recorrentes o assassinato e o desaparecimento de sindicalistas e líderes sociais e o deslocamento forçado de centenas de milhares de camponeses/as.

Vivemos e sofremos a capacidade de destruição e devastação do capitalismo. No entanto, a força de nossas lutas, as formas de unidade que vamos construindo, a revalorização de nossos aportes, nossas visões e culturas, o ressurgimento da vida que vemos em nossos triunfos, levam-nos a assegurar que nossas lutas e atividades nos permitirão dismantelar o capitalismo e construir um campo e um mundo que garantam a dignidade e o bem viver para todos e todas.

Dessa maneira, solidarizamo-nos com o corajoso povo do Haiti, que se mobilizou maciçamente contra a ocupação militar, o saque e a imposição de sementes transgênicas, apesar das tremendas dificuldades depois do terremoto.

Solidarizamo-nos com o povo colombiano, que sofre, e resiste sem se render, as agressões sistemáticas e criminosas do Estado e do paramilitarismo, demandamos e exigimos a solução política e negociada do conflito social e armado.

Reiteramos nossa permanente solidariedade com a Revolução Cubana e o povo cubano, que resistiu meio século de bloqueio dos Estados Unidos, e exigimos a liberação dos cinco revolucionários cubanos mantidos prisioneiros do império.

Solidarizamo-nos com a luta do povo mapuche e com aqueles que, depois de quase três meses de greve de fome, conseguiram dobrar o Estado chileno e ampliar os setores sociais decididos a lutar até conseguir a revogação de uma lei antiterrorista espúria.

Solidarizamo-nos com a resistência popular em Honduras, que, apesar da continuidade do golpismo, obteve um apoio majoritário para conseguir uma assembleia constituinte.

Solidarizamo-nos e respaldamos as lutas dos povos afetados pelas represas, hidrelétricas e transposições, que estiveram presentes em seu Terceiro Encontro Internacional no México. Afirmamos nosso compromisso com a luta contra as

represas, mineradoras e contra a privatização da energia e da água, como o apresenta a declaração do Encontro. Afirmamos que a água e a energia não são uma mercadoria. Água e energia devem estar a serviço da soberania e sob o controle dos povos.

Solidarizamo-nos com os povos e nações amazônicas afetados pelos projetos hidrocarboníferos no Parque Nacional Yasuní.

Celebramos o triunfo das lutas sociais na Bolívia, na Venezuela e no Equador, que iniciaram profundos processos de transformação nacional e possibilitaram Constituições nacionais revolucionárias. Saudamos as organizações do Equador que se mobilizaram decididamente e derrotaram uma tentativa de golpe nesse país.

Globalizemos a luta,
globalizemos a esperança!
Contra o saque do capital
e do império, América luta!
Pela terra e pela soberania
de nossos povos, América luta!

Parte dos pronunciamentos, linhas de ação e campanhas do V Congresso da CLOC – Via Campesina

O CDB: conservação ou comércio da biodiversidade

Elizabeth Bravo



Na quinta-feira, 28 de outubro, encerrou-se a Décima Conferência das Partes do Convênio de Diversidade Biológica (CDB), da qual participaram 18 mil representantes de 193 países (partes), assim como delegados de governos locais, parlamentares, empresários e membros da sociedade civil. Na COP10 foi aprovado um Plano Estratégico (“Objetivos de Aichi”) que inclui vinte metas organizadas nos seguintes objetivos estratégicos:

- Enfrentar as causas subjacentes da perda de biodiversidade tornando esta biodiversidade algo central para governos e sociedade.
- Reduzir as pressões diretas que ameaçam a biodiversidade e promover seu uso sustentável.
- Melhorar o status da biodiversidade salvaguardando os ecossistemas, as espécies e a diversidade genética.
- Aumentar os benefícios para todos de todos os serviços de biodiversidade e dos ecossistemas.
- Ressaltar a implementação mediante planejamento participativo, manejo dos conhecimentos e fortalecimento das capacidades.

Ainda que esses objetivos sejam louváveis, o problema é como alcançá-los. O CDB é cada vez mais um convênio de comércio com a biodiversidade do que de conservação da mesma. Essa décima conferência dá continuidade à consolidação que ocorre há alguns anos: mercantilizar a vida (a biodiversidade e seus componentes). De acordo com essa visão, a conservação e o uso sustentável da biodiversidade somente têm sentido se estão imersos no mercado, e, desde variados âmbitos, buscam-se mecanismos políticos, financeiros e tecnológicos para facilitar esse processo. Isso é complementado pelo envolvimento do setor privado, como é assinalado no plano estratégico aprovado, onde é feito um chamado aos países que são partes do convênio para:

- Promover um ambiente de políticas públicas que permita a intervenção do setor privado e a incorporação da diversidade biológica nas estratégias e processos de adoção de decisões empresariais de uma maneira que contribua para alcançar os três objetivos do Convênio.
- Determinar uma série de opções para a incorporação da diversidade biológica nas práticas empresariais levando em conta o trabalho em curso em diversos foros.
- Incentivar a intervenção das empresas como interessados diretos em toda revisão e aplicação futura das estratégias e planos de ação nacionais sobre diversidade biológica.

A COP10 convida, também, a “fomentar a iniciativa de Negócios e Diversidade Biológica como meio de integrar mais a utilização sustentável da diversidade biológica no setor privado”. Em seu programa de áreas protegidas, fomenta o estabelecimento de áreas protegidas privadas. Convida a intensificar o processo de valorização econômica dos serviços ambientais que essas áreas proveem, para assegurar sua sustentabilidade financeira e mitigar a mudança climática e reduzir a pobreza.

Essa definição encaixa muito bem com um REDD+, ou seja, a inclusão das florestas no mercado de carbono para que os países que geram as emissões com efeito estufa possam continuar contaminando a atmosfera incluindo no esquema a conservação da biodiversidade e seus serviços ecossistêmicos. O raciocínio é que só se conserva o que se valoriza; assim, as funções da natureza (fotossíntese, polinização, prevenção da erosão do solo, etc.)

transformam-se em “serviços ambientais” e “capital natural”, e como tais entram no mercado.

Vejamos como se valoriza a polinização. “Os insetos polinizadores são provedores de bilhões de dólares para a natureza. Em 2005, o valor total econômico da polinização de insetos foi estimado em 153 bilhões de euros. Isso representa 9,5% da produção agrícola mundial para a alimentação humana em 2005”. Em um dos eventos paralelos organizados durante a COP10, Bill Jackson, diretor geral adjunto da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), disse que temos que falar a linguagem da economia se quisermos aplicar com êxito uma estratégia que enfrente a perda de biodiversidade.

O CDB constituiu há alguns anos um grupo chamado “rede mundial de amigos do programa de trabalho sobre áreas protegidas”, entre os quais se encontram as maiores organizações conservacionistas do mundo. Na COP10, foi solicitado ao secretário executivo do Convênio que continue apoiando financeiramente esse grupo, apesar dos grandes fundos que já recebe (muitas vezes maiores que o orçamento dos ministérios do meio ambiente de alguns países) e do forte questionamento de que foi alvo por parte da sociedade civil, principalmente devido à forte relação que suas organizações têm com as corporações responsáveis pela destruição da biodiversidade, como é o caso da indústria petroleira, de mineração e agroindustrial. A WWF, uma das organizações que fazem parte da rede de amigos, é a artífice das mesas redondas sustentáveis que promovem os agrocombustíveis no mundo.

Um mecanismo para financiar o plano de ação das áreas protegidas é a iniciativa LifeWeb, da qual participam diversos doadores públicos e privados, e têm projetos que associam a problemática da mudança climática com a das áreas protegidas.

Ou seja, financiam-se projetos que promovem a conservação das áreas protegidas para que estas sirvam de sumidouros de carbono. Uma das ênfases dos projetos apoiados pela LifeWeb é a valorização dos ecossistemas e seus serviços. A decisão sobre áreas protegidas diz que a COP10: “Pede ao Secretário Executivo que, em colaboração com a Comissão Mundial de Áreas Protegidas da UICN e outros associados, incluídas as comunidades indígenas e locais, apoie o programa de trabalho para explorar e avaliar metodologias e diretrizes existentes para mensurar os valores, custos e benefícios das áreas protegidas, tendo presentes as características dos diferentes biomas e ecossistemas, baseando-se nos trabalhos existentes, tais como os resultados do chamado Estudo TEEB (*The Economics of Ecosystems and Biodiversity, A Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade*), e que divulguem os resultados da avaliação para que as partes os apliquem se for necessário”.

Entre as atividades paralelas à COP, foi apresentado o informativo em questão, um estudo foi dirigido por Pavan Sukhdev, banqueiro que trabalha em tempo integral para o Deutsche Bank da Alemanha, mas que no momento está de licença para fazer esse informativo e desenvolver a Iniciativa Econômica Verde do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). O informe documentou o multimilionário valor das florestas, da água doce, dos solos e dos recifes de coral na economia global e faz um chamado para buscar os

valores econômicos dos serviços da natureza através de uma série de instrumentos e políticas. Algumas de suas recomendações são:

- Elaborar com urgência cálculos e inventários físicos das reservas florestais e serviços dos ecossistemas para o desenvolvimento de novos mecanismos florestais de carbono.
- Considerar como práticas comerciais normais os princípios de “sem perda líquida” ou “impacto positivo líquido”, utilizando provas de rendimento sobre a diversidade biológica e processos de segurança para evitar danos e mitigá-los, junto com investimentos a favor da biodiversidade que compensem impactos adversos que não podem ser evitados.
- Incorporar os princípios de que “quem contamina paga” e a “recuperação total dos custos” nos novos delineamentos sobre incentivos e reformas fiscais. Em alguns contextos, pode ser aplicado o princípio de que “o beneficiário paga” em apoio a novos incentivos positivos, tais como pagamentos por serviços ambientais, incentivos fiscais e outras transferências fiscais que têm por objetivo motivar os agentes do setor público e privado a proporcionar serviços ecossistêmicos.
- Estabelecer áreas protegidas nacionais e regionais com a finalidade de conservar a biodiversidade e manter uma ampla gama de serviços dos ecossistemas. A valorização de ecossistemas pode criar oportunidades de financiamento e investimento e sustentar as prioridades de conservação.
- Incluir na mitigação e adaptação à mudança climática a conservação e a recuperação de ecossistemas. Priorizar a implementação acelerada de REDD+. O TEEB realizou oito eventos paralelos durante a COP10.

A conferência de Nagoia aconteceu quando terminava o chamado Ano da Biodiversidade, e quando, supostamente, devia ter sido alcançada a meta estabelecida pela Cúpula de Desenvolvimento Sustentável que estabelecia, para o ano de 2010, uma redução de 10% na destruição da biodiversidade. Na realidade, não há nada a celebrar. Essa modesta meta não foi alcançada, e nem nesse ano foi feito qualquer esforço verdadeiro para frear a perda da biodiversidade. Desde 2002 (quando foi estabelecida a meta), a fronteira agroindustrial aumentou, e, com isso, o desmatamento. O grande boom dos agrocombustíveis e das plantações de soja no Cone Sul é apenas um exemplo. Serviu, isto sim, é para incrementar os negócios com a biodiversidade.

É interessante mencionar que, ao finalizar a COP, o Secretário da CDB entregou um prêmio à chanceler alemã Angela Merkel por sua contribuição em “salvar a biodiversidade no Ano Internacional da Diversidade Biológica”. Lembremos que, em 2008, a Alemanha lançou o projeto “Negócios e Biodiversidade”, que esteve a cargo da organização não governamental GTZ, e que, na reunião do G8, em 2007, introduziu a conservação da biodiversidade como prioridade. O prêmio é entregue pelo Convênio de Biodiversidade e pela fundação japonesa AEON Environmental Foundation, que tem, entre seus

membros diretores, presidentes de corporações como o Banco de Yokohama e Mitsubishi, entre outros.

Como parte da institucionalização da mercantilização da biodiversidade, na COP10 foi adotado o chamado Protocolo de Nagoia sobre o acesso aos recursos genéticos e a participação justa e equitativa nos benefícios derivados de sua utilização. Um boletim de imprensa da secretaria do Convênio diz que “o Protocolo cria um quadro que equilibra o acesso aos recursos genéticos com base no consentimento prévio fundamentado e em condições mutuamente acertadas com a participação justa e equitativa dos benefícios, levando em conta o importante papel dos conhecimentos tradicionais”. O Protocolo estabelece que, quando uma empresa quer ter acesso a conhecimento tradicional ligado à biodiversidade que tenha um valor comercial, esta deve compartilhar seus benefícios com a comunidade. Os benefícios podem ser monetários, mediante mecanismos como o de “taxa de acesso” ou o de “taxa por amostra coletada” ou adquirida de outra forma, pagamentos antecipados, pagamento de direitos, taxas de licença em caso de comercialização, taxas especiais a pagar a fundos fiduciários que apoiem a conservação e utilização sustentável da diversidade biológica, salários e condições preferenciais se foram mutuamente acertados, financiamento da pesquisa, empresas conjuntas, propriedade conjunta dos direitos de propriedade intelectual pertinentes. Entre os benefícios não econômicos, propõe-se o intercâmbio de resultados de pesquisa e desenvolvimento, a colaboração em programas de pesquisa e desenvolvimento científicos, particularmente atividades de pesquisa biotecnológica, participação no desenvolvimento de produtos, admissão nas instalações *ex situ* de recursos genéticos e em bases de dados, transferência de conhecimentos e de tecnologia em termos justos e mais favoráveis, criação de capacidade institucional, recursos humanos e materiais para fortalecer as capacidades para a administração e aplicação de regulamentos em matéria de acesso; o acesso à informação científica pertinente à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica, incluídos inventários biológicos, estudos taxonômicos e reconhecimento social.

O Protocolo estabelece mecanismos de capacitação aos países do Terceiro Mundo e às comunidades que têm a biodiversidade e os saberes (particularmente entre as mulheres), para que elas conheçam as obrigações que o Protocolo lhes impõe em relação ao desenvolvimento jurídico e institucional, melhorar sua capacidade de negociações e suas capacidades para fazer bioprospecção: quer dizer, formas de facilitar o acesso às empresas interessadas. É complementado por um programa de conscientização nas comunidades sobre o Protocolo e seus benefícios.

O impacto da implementação desse protocolo nas comunidades pode ser muito negativo, pois pode romper certas práticas coletivas que culturalmente não podem ser comercializáveis, dividir a comunidade entre aqueles que desejam entrar nesse tipo de acordos comerciais e os que não estão de acordo com eles, para mencionar apenas alguns elementos. A negociação desse Protocolo levou vários anos, principalmente pela oposição de alguns países que procuram ter acesso à biodiversidade sem reconhecer nenhum tipo de “repartição equitativa de benefícios”.

O debate sobre a mudança climática foi corrompido há alguns anos, ao se concentrar no desenvolvimento de mecanismos tecnológicos e políticos para

enfrentar seus efeitos sem abordar as causas que a provocam. Na COP10, tal problemática foi abordada através da biologia sintética, dos agrocombustíveis e da geoengenharia. De acordo com a organização espanhola Ecologistas em Acción, em matéria de biocombustíveis o texto final acordado é “mais fraco do que o documento de referência” remetido pelo órgão de assessoramento técnico-científico do Convênio. Nesse sentido, estima que se perde “praticamente a referência ao princípio da precaução e se converte em um texto que, na prática, promove os biocombustíveis”. “Isso é um erro tremendo, com consequências para a biodiversidade e para a segurança alimentar dos povos, como o demonstram os impactos que já estão sendo produzidos em países empobrecidos”, lamenta a Ecologistas em Acción. Um grupo de doze cientistas de renome fizeram circular uma carta aberta denunciando o forte lobby desencadeado em Nagoia por grandes empresas do setor de agrocombustíveis (principalmente de dendê).

Houve, entretanto, alguns resultados positivos graças a algumas organizações da sociedade civil. O mais notável foi a adoção de uma moratória sobre experimentos de geoengenharia que pretendem modificar o clima com alterações biológicas ou físico-químicas em grande escala, até que tenham sido considerados em profundidade os riscos ao ambiente e à biodiversidade e os possíveis impactos culturais e econômicos. O secretariado do CDB recebeu instruções de informar sobre as diversas propostas de geoengenharia que existem e das possíveis opções de regulamentação intergovernamental.

Outro assunto que preocupa as ONGs é a biologia sintética. Na COP10 foi introduzido um texto que invocava a abordagem da precaução no momento de liberar no ambiente organismos provenientes da biologia sintética, especialmente destinados a produzir agrocombustíveis, reconhecendo o direito das partes de suspender qualquer liberação no ambiente, com base em sua legislação nacional. De acordo com alguns observadores, isso é tremendamente preocupante, porque a “abordagem da precaução” é um texto muito vago e pode dar margem a qualquer tipo de empreendimentos.

Ver o Boletín de la Red por una América Latina Libre de Transgénicos, 1º de noviembre de 2010. A versão completa se encontra em www.biodiversidadla.org

ELEMENTOS PARA O DEBATE SOBRE O CAMPESINATO

Valter Israel da Silva

Coordenação Nacional do MPA

Brasil



A agricultura camponesa e o agronegócio. A agricultura camponesa vem sofrendo uma forte ofensiva ideológica, econômica, nas políticas públicas, etc., o que vem causando uma erosão cultural, levando os camponeses à dependência de insumos externos, de crédito, das multinacionais, do mercado, etc. Isto tem os levado ao endividamento e ao empobrecimento.

Esta concepção de agricultura com base no agronegócio (capitalismo no campo) traz inúmeros problemas às famílias camponesas e às famílias de consumidores urbanos, pelo uso intensivo de mecanização, insumos químicos e venenos (com graves problemas de contaminação da terra, água, ar e alimentos), e pelo balanço energético e balanço de carbono negativos, com o respectivo aquecimento global. Ou seja, gastam mais energia do que produzem e emitem mais carbono do que retiram do ar durante o ciclo produtivo. É certo que ela aumenta a capacidade produtiva por área de

terra, mas como consequência aumenta os custos de produção pela importação de energia, diminui a margem de renda das famílias camponesas, tem uma menor necessidade de mão de obra, fazendo com que a juventude não fique na roça. Gilberto Dupas nos explicava em 2006 que:

No alvorecer do século XXI, o paradoxo está em toda parte. A capacidade de produzir mais e melhor não cessa de crescer e é assumida pelo discurso hegemônico como sinônimo do progresso trazido pela globalização. Mas esse progresso, discurso dominante das elites globais, traz também consigo exclusão, concentração de renda, subdesenvolvimento e graves danos ambientais, agredindo e restringindo direitos humanos essenciais.



Mais inquietantes que os perigos nucleares são agora, no entanto, os riscos decorrentes da microbiologia e da genética, com seus graves dilemas éticos e morais. Como equilibrar os benefícios potenciais da genética, da robótica e da nanotecnologia contra o perigo de desencadear um desastre absoluto que comprometa irremediavelmente nossa espécie? Um olhar sobre o século XX, com os imensos saltos da tecnologia e do conhecimento, mas com seus imensos passivos de guerras trágicas, miséria e danos ambientais, faz brotar com força a pergunta central: somos, por conta desse tipo de desenvolvimento, mais sensatos e mais felizes? Ou podemos atribuir parte de nossa infelicidade precisamente à maneira como utilizamos os conhecimentos que possuímos? As consequências negativas do progresso, transformado em discurso hegemônico, acumulam um passivo crescente de riscos graves que podem levar de roldão o imenso esforço de séculos da aventura humana para estruturar um futuro viável e mais justo para as gerações futuras.

De acordo com o professor Henri Acselrad, o meio ambiente é uma questão de escolha. Escolha entre a biodiversidade e a monocultura, a comunidade ribeirinha e a barragem. Em geral o capital garante a escolha pelo desenvolvimentismo, sem medir as consequências ambientais. Em 2007, Dupas apresentou indicadores destas escolhas:

Na Europa e nos Estados Unidos, por volta de 50% dos lagos e rios estão gravemente poluídos. De todos os ecossistemas mundiais, pelo menos 60% estão sendo

explorados de maneira não sustentável, em processo de degradação que pode ser irreversível em 50 anos. A expansão agrícola de 1945 até 2004 foi superior à soma dos séculos 18 e 19; a destruição ambiental resultante agrava o percentual de plantas, mamíferos, aves e anfíbios em extinção; algumas dessas espécies nem sequer foram catalogadas.

Outra questão importante, que nos explicam Marcia e David Pimentel (2005), é a passada ao uso de energia fóssil [petróleo, carvão, gás natural] na produção agrícola. Os insumos a base de petróleo que além de aumentar o custo de produção vão reduzindo a biodiversidade. As famílias camponesas vão se especializando e entrando nos monocultivos. Isto traz para a agricultura problemas de sustentabilidade. Pela diminuição da biodiversidade as plantações ficam mais susceptíveis ao ataque de pragas e doenças e cada vez mais necessitam de maior inserção de insumos externos.

Quando começou o abastecimento de derivados de energia fóssil, há mais de 200 anos, iniciou-se o desenvolvimento da produção agrícola. Apesar dos atuais sistemas agrícolas industriais, baseados em um alto nível de aporte de insumos fósseis, serem relativamente produtivos, sua sustentabilidade pode ser questionada, já que os ecossistemas agrícolas em nível mundial estão sendo severamente degradados devido à erosão do solo, à salinização e à contaminação da água. Os recursos de energia fóssil que são essenciais para a fabricação de fertilizantes e agrotóxicos, assim como para o funcionamento da maquinaria agrícola e para fazer os sistemas de irrigação funcionarem, não são renováveis. As reservas de petróleo e gás natural estarão esgotadas nos próximos 35-40 anos.

As duas concepções de agricultura que aqui se apresentam (apontam para uma dicotomia entre progresso e atraso) têm a ver com o balanço energético das propriedades. Por isso, com Dupas (2006) vamos comparar a lógica camponesa de produção e a lógica da chamada agricultura industrial.

Trata-se aqui de analisar a quem predominantemente esse progresso serve e quais os riscos e custos de natureza social, ambiental e de sobrevivência da espécie que ele está provocando; e que catástrofes futuras ele pode ocasionar. Mas, principalmente, é preciso determinar quem escolhe a direção desse progresso e com que objetivos.

Com todo o processo de mecanização, especialização e adaptação da agricultura aos monocultivos, nos últimos anos, vem se intensificando um processo de desmonte da cultura e da identidade das famílias camponesas. Para melhor entendermos que identidade é esta, utilizamos o conceito apresentado em 2005 por Carvalho:

Camponês é aquele que tem acesso aos Recursos Naturais, seja a posse e/ou o uso da terra, água, florestas, biodiversidade, etc., cujo trabalho está centrado na força da família, embora possa contratar serviços temporários e/ou prestar serviços para terceiros, e a centralidade da reprodução social está na família. O que caracteriza uma família camponesa é a garantia continuada de reprodução social da família, seja ela a família singular seja a ampliada, e a posse sobre os recursos da natureza, a reprodução social da unidade de produção camponesa não é movida pelo lucro, mas pela possibilidade crescente de melhoria das condições de vida e de trabalho da família. Tendo acesso à terra e aos recursos naturais que esta suporta resolvem seus problemas reprodutivos a partir da produção rural, extrativista, agrícola e não-agrícola.

A produção é desenvolvida de tal modo que não se diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho dos que sobrevivem com o resultado dessa alocação. Essas famílias, no decorrer de suas vidas e nas interações sociais que estabelecem, desenvolvem hábitos de consumo e de trabalho e formas diferenciadas de apropriação da natureza que lhes caracteriza especificidades no modo de ser e de viver no âmbito complexo das sociedades capitalistas contemporâneas.

Os debates sobre o campesinato e o capitalismo no campo apontam contradições e estas por sua vez geram especulações e teorias. Estas especulações se manifestam em três teorias sobre o campesinato: Teoria do fim do Campesinato, Teoria da Metamorfose Camponesa e Teoria do Fim do fim do Campesinato.



O Fim do Campesinato. Esta tese prevê o fim do campesinato em duas categorias. Uma que perde os meios de produção e se proletariza, ou seja, passa a vender sua força de trabalho mesmo no campo ou indo embora para as cidades. E outra que amplia seu acúmulo nos meios de produção e passa a proletarizar parte daquelas famílias que perderam os meios de produção. A maior parte desta última categoria ficaria dependente de apoios sociais e políticas públicas.

Para Carvalho, “uma categoria fica atrelada à diferenciação pela renda capitalizada da terra, que destrói o campesinato, transformando pequena parte em capitalistas e grande parte em assalariados. A outra acredita simplesmente na inviabilidade da agricultura camponesa perante a supremacia da agricultura capitalista”.

Como consequência da proposta para a agricultura, tendo por base esta teoria, temos o que chamamos de agronegócio com base: no latifúndio, máquinas pesadas, sementes híbridas e transgênicas, uso intensivo de insumos químicos e venenos, produção de commodities para a exportação, problemas ambientais, concentração da renda e da riqueza em detrimento da distribuição da riqueza e renda e da produção de alimentos.

A metamorfose camponesa (a agricultura familiar). Esta tese se apresenta como uma espécie de terceira via e diz que a mão de obra familiar não vai desaparecer, mas a forma camponesa sim. Deste modo, o camponês terá que sofrer uma metamorfose e se transformar em um agricultor familiar, ou seja, assumir a tecnologia, se especializar em algum ramo da produção, ser integrado a indústria, etc. e isso é trabalhado em uma dicotomia, onde o camponês é atrasado e o agricultor familiar é moderno, conforme explica Carvalho:

Esse processo de transformação do sujeito camponês em sujeito agricultor familiar sugere também uma mudança ideológica. O camponês metamorfoseado em agricultor familiar perde a sua história de resistência, fruto de sua pertinácia, e se torna um sujeito conformado com o processo de transformação que passa a ser um processo natural do capitalismo.

Desta forma, a agricultura familiar só seria viável através da especialização em alguma forma de produção e pela integração à indústria. Assim, a família camponesa passa a ser mera compradora de insumos e fornecedora de matéria prima. A indústria passa a ganhar ao fornecer estes insumos e ao processar a matéria prima, agregando valor e colocando no mercado. Todos os riscos do processo de produção ficam por conta da família camponesa e as principais possibilidades de lucro ficam nas mãos das indústrias. No Brasil existem inúmeras indústrias das mais diversas cadeias produtivas operando com esta lógica, entre elas podemos citar a indústria do fumo, do arroz, do leite, do frango, do porco, entre outras.

Este projeto foi introduzido no Brasil nas últimas décadas e reproduz o sistema de agricultura familiar/empresarial da Europa.

As principais características desta proposta são: a especialização, o monocultivo ou monoprodução, a tecnologia externa, a integração à indústria, o uso de mão de obra familiar, adubos químicos e venenos, gera dependência da indústria e lucro para as multinacionais

Este sistema de integração faz com que as famílias camponesas se integrem às indústrias e passam a ser uma espécie de “funcionários” destas indústrias, mas, utilizando os seus meios de produção, correndo todos os riscos e sem direitos a fundo de garantia, décimo terceiro, férias, etc. É um sistema que permite o maior nível de exploração das famílias camponesas pelas indústrias, através da externalização dos custos.

É uma proposta de agricultura industrial, onde a maioria dos insumos é produzida na indústria, fora da natureza.

Este projeto foi amplamente apoiado pelos últimos governos no Brasil. Foi criado todo um sistema que engloba pesquisa, educação, assistência técnica, política de créditos e uma campanha de desvalorização e ridicularização da lógica camponesa de produção. Isto pode ser percebido através das festas juninas, das músicas e outras formas de expressão da cultura de massa. As escolas preparam a juventude camponesa para as cidades, trazendo debates descolados da realidade, afastando a juventude de sua realidade. O sistema de crédito exige a nota fiscal da compra da semente híbrida e do adubo químico, forçando a família camponesa que buscou apoio no Estado a aderir a esta lógica. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) tem contratos com a Empresa Multinacional Monsanto para pesquisar sementes de soja transgênica e não tem recebido recursos públicos para estudar as sementes crioulas e outras tecnologias camponesas.

Podemos ver o Estado Brasileiro deixando o conhecimento milenar camponês ser apropriado pelas empresas de biotecnologia que fazem modificações genéticas e conquistam patentes sobre aquilo que há milhões de anos o campesinato vem conservando.

Recentemente pudemos perceber uma proposta de reforma agrária privada com especialização e integração à indústria sendo aplicada através de investimentos da empresa Multinacional Brasil Ecodiesel, que levou milhares de famílias para o monocultivo de mamona para a produção de biodiesel. Segundo Maria José da Costa, militante do Movimento dos Pequenos Agricultores do Piauí, a empresa instalou assentamentos onde 90% das terras eram para o plantio de mamona com uso intensivo de máquinas e adubos químicos. Isso levou a uma queda rápida e drástica

na produção, o que inviabilizou o assentamento. A empresa se retirou, ficando as famílias com suas casas no meio do terreno árido. A dívida social resultante deste projeto ficou para o Estado Brasileiro resolver.

Também vemos o avanço do monocultivo da cana-de-açúcar para a produção de etanol e o monocultivo de eucalipto e pinus. O zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar organizado pelo governo Brasileiro no ano de 2009 prevê um aumento de 100% no plantio de cana-de-açúcar no território brasileiro.

Este projeto para a agricultura (Agricultura Familiar) prevê a permanência de 700 mil famílias no campo no Brasil, segundo José Grasiano de Silva. O problema é que hoje temos cerca de 8 milhões de famílias no campo. Para onde irão estas famílias?

Projetos que tem esta concepção de agricultura são amplamente financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES como explica seu site:

O BNDES oferece linhas de crédito permanentes, programas com finalidades mais específicas, operações em fundos de investimentos e outros mecanismos de apoio. São, enfim, muitas as opções para que a sua empresa tenha plenas condições de realizar grandes projetos em prol do desenvolvimento.

Além de dinamizador da expansão produtiva, o agronegócio desempenha outro papel de extrema importância para a economia brasileira: o de principal gerador de saldos comerciais para o País. Por isso, o BNDES oferece mecanismos de apoio à agricultura e à pecuária. Alguns projetos financiáveis dentro do agronegócio são bovinocultura de corte, formação ou reforma de pastos, gastos e tratos culturais até a primeira colheita/safra, entre outros



O fim do fim do campesinato. Esta tese, em resumo, diz que o campesinato sempre existiu e sempre vai existir. Para Gusman & Molina o campesinato encontra formas de cooperação e cria um espaço próprio dentro do capitalismo e por isso resiste. Carvalho nos faz compreender que a manutenção do campesinato interessa inclusive para o capital:

O paradigma do fim do fim do campesinato tem uma leitura mais ampla que o anterior. Entende que a destruição do campesinato pela sua diferenciação não determina o seu fim. É fato que o capital ao se apropriar da riqueza produzida pelo trabalho familiar camponês, por meio da renda capitalizada da terra, gera a diferenciação e a

destruição do campesinato. Mas, igualmente, é fato que ao capital interessa a continuação deste processo, para o seu próprio desenvolvimento.

Esta tese embasa uma proposta de desenvolvimento e afirmação do campesinato. As principais características desta proposta são: a produção diversificada de alimentos para o povo brasileiro em pequenas propriedades com base na agroecologia, utilizando sementes crioulas, adubos verdes e orgânicos, defensivos naturais, máquinas adaptadas às pequenas propriedades, gerando assim um menor custo de produção, usa mão de obra familiar, gera autonomia e vida digna às famílias camponesas.

Através desta proposta, a propriedade camponesa é vista como um sistema complexo e interligado. O Movimento dos Pequenos Agricultores do Brasil (MPA) definiu assim os sistemas camponeses de produção em 2007:

“Sistemas Camponeses de Produção são sistemas de produção altamente diversificados, tendo como base social as famílias das comunidades camponesas que integram produção animal e vegetal (agrícola e florestal), que priorizam a produção para o autoconsumo e para o mercado local, que preservam os recursos ambientais estratégicos como: água e biodiversidade, combinam plantios anuais com plantios perenes, utilizam ao máximo insumos de origem local, utilizam os subprodutos de uma produção para a outra e pela diversificação buscam a sustentabilidade geral do sistema, buscam a autonomia genética e tecnológica e integram novos conhecimentos e novas técnicas ao conhecimento já existente, sem deixar que eles desintegrem o sistema.”

Para Görgen (2004), “a agricultura camponesa prima pela diversificação na produção. Não é monocultora. Combina produção animal com produção vegetal e faz agricultura e criação de animais o ano todo.”

Dado o nível de diversificação e o aproveitamento dos subprodutos de uma produção para outra podemos afirmar que são propriedades familiares com perspectiva agroecológica ou em transição para a agroecologia.



Muitas vezes as cooperativas são instrumentos da materialização de uma concepção de agricultura. Se são adeptas da lógica da agricultura familiar e aceitam a tese da metamorfose camponesa, levam as famílias camponesas a se especializarem em uma linha de produção e a ficarem mais dependentes de insumos externos ou seja, trazerem energia de fora. Neste caso a Cooperativa passa a ser fornecedora destes insumos.

Segundo um estudo de Valter Silva, de 2009, “estas cooperativas devem ter o foco no desenvolvimento dos sistemas camponeses de produção, respeitando a lógica da produção diversificada de alimentos com respeito a natureza, podendo ser combinada com a produção de energia.” Com este olhar, o autor coloca em discussão a concepção da organização camponesa e suas consequências para o balanço energético do sistema camponês de produção. Se as cooperativas organizam agroindústrias que absorvem apenas uma matéria prima, estas estimulam a especialização das famílias daquela região a produzirem esta matéria prima que tem mercado. Isto leva ao monocultivo ou monoprodução. Se ao contrário, tiver agroindústrias que utilizam diversas matérias primas, isto leva as famílias camponesas a diversificarem, pois haverá mercado para diversas matérias primas. É a necessidade de se estruturar uma rede de agroindústrias capazes de transformar um amplo leque de matérias primas e colocar uma cesta de produtos no mercado. Isto levará as famílias de pequenas propriedades a diversificarem a produção, tendo em vista esta possibilidade de mercado e recuperarem a lógica da produção camponesa e a diminuir a entrada de energia externa ao sistema camponês de produção.

Alguns conceitos que fomos construindo a partir deste debate:

Território camponês segundo o MPA (2007)

O território camponês é um espaço de vida, espaço de produção, disputa de poder e construção do poder popular. É onde fazemos o enfrentamento direto com o agronegócio.

O território é estratégico, concreto, nos dá governabilidade social e política, unifica nossa base social. Lá a gente come, lá a gente vive, lá nossos filhos estudam.

É o espaço de afirmação política, cultural e produtiva do campesinato.

Território camponês não se confunde com município, comunidade, territórios administrativos de governos, etc.

Ele é a expressão da presença da classe camponesa e da forma de vida e de produção camponesa nas mais variadas regiões do país.

O que mantém a família camponesa ligada a uma determinada comunidade não é simplesmente uma questão econômica. Diversos elos o vinculam a uma comunidade, a um movimento, a um grupo social, enfim, a um território.

Alguns exemplos dos elos que nos unem a um território **MPA, 2007**

- Escola na comunidade
- Agroindústria
- Banco de sementes
- Áreas de lazer, cultura e recreação
- Grupo de base
- Celebrações religiosas e festivas
- Renda estável
- Posse da terra
- Costumes locais

- Culinária
- Tradições populares
- Relações de vizinhança, compadrio e parentesco
- História da comunidade e da família
- Vínculo com os entes queridos
- Gosto pela vida no campo
- A amplitude do espaço que proporciona liberdade
- Convivência com a natureza (pássaros, rios, árvores, animais domésticos, etc)
- O território permite unidade entre as pessoas e gera poder soberano para atuar sobre ele
- Território e projeto dão unidade política à diversidade camponesa
- Luta para manter e conquistar território (reforma agrária)

Elementos para o controle do território MPA, 2007

- Valorização do local através dos vínculos afetivos: vizinhança, parentesco.
- Administração direta de nossas experiências produtivas; Acompanhamento técnico e político pelo MPA.
- Organização de Base.
- Comunicação.
- Educação (escola local voltada para a nossa realidade).
- Soberania territorial: agrária, genética, econômica, hídrica, energética, cultural.
- A família e a comunidade têm o papel principal na construção da autonomia.
- Autonomia na produção de proteína (milho é produto estratégico).
- Formação de massa, base, militância e de quadros: capaz de afirmar a identidade social, uma visão de mundo própria do campesinato, que fortaleça a compreensão de que camponês e capitalista são mundos distintos; que trabalhe valores e princípios coletivos.
- A identidade territorial é também uma opção política.
- Luta por políticas públicas estruturantes.
- Ações coletivas e metodologias participativas como meios de construir a unidade política nos territórios camponeses.
- Valorizar as experiências espontâneas que surgirem na base.
- Desenvolver a cooperação nas suas mais variadas formas, mas articuladas através da organicidade política do movimento e que tenham instrumentos de gestão econômica que garantam industrialização, acesso a mercado, tecnologias adequadas, acompanhamento técnico.
- O controle do território não é só geográfico e material, mas, cultural, ideológico, afetivo.
- Terra, água, energia e sementes são as bases materiais para o controle do território.

- Política, ideologia, cultura, religiosidade, símbolos, festividades, são as bases subjetivas (mentais) para o controle de território.

Nossa estratégia passa pela afirmação camponesa, e esta passa por vários eixos que compõem o Plano Camponês. Abaixo temos uma visão sistêmica do que defendemos:

Produção	Sistemas camponeses de produção	sementes, oleaginosas, leite, sistemas agrossilvícolas, alimentos, adubação verde e orgânica, etc
	“Agroindústria”	leite, mel, mandioca, café, óleos, erva-mate, derivados de cana, embutidos e defumados
	Desenhos organizativos	grupo de base, associações, cooperativas, grupos de consumidores
Educação formação	Escola	locais, contextualizadas, desenvolvimento local
	Universidade	nossa realidade, acesso aos camponeses
	Informal	reuniões, debates, práticas, dias de campo, etc
Vida de qualidade	Moradia	casa, horto, horta, sombra, jardim, autoestima, bar, local de trabalho
	Esporte	futebol, voleibol, bochas, etc.
	Cultura	teatro, música, danças, mutirões, compartilhar, alimentos, conhecimentos novos
	Lazer	festas, bailes, torneios, encontros
	Saúde popular	alimentação saudável, ervas, saneamento, formação nutricional
Comunidade camponesa	Laços de unificação, fator de resistência	alguma estrutura comunitária
		escola na comunidade
		intercâmbio de dias de trabalho, mutirões
Soberania	Alimentar	comida é local, vinculada à cultura, modo de vida
		produzir de tudo um pouco
		sem veneno, buscando o equilíbrio ambiental
	Energética	produção, controle e autoconsumo de energia

		mudanças na matriz energética	
		biomassa, ventos, sol, biogás	
Genética		recuperar nossas sementes, raças e plantas	
		buscar técnicas de recuperação, armazenamento e melhoramento	
		divulgar as experiências já existentes	
Hídrica		recuperar nossas vertentes e fontes de água	
		implementar técnicas de coleta e armazenamento de água	
		desenvolver pequenos sistemas de irrigação	
		recuperar a cobertura de mata nas margens dos rios	
Territorial	material e imaterial	espaço de vida	
		espaço de produção	
		espaço em disputa	
Contradições	Agronegócios	transnacionais	
		latifundiários	
		Estado brasileiro	

Alimergia para o MPA, 2007

Alimergia é um novo conceito em agricultura, pecuária e floresta que procura desenvolver formatos produtivos que integrem de maneira sinérgica (as energias dos vários tipos de produção se alimentam entre si) a produção de alimentos e de energia com preservação ambiental. A alimergia visa a soberania alimentar e energética das comunidades, dos territórios e dos povos de maneira integrada e harmônica com os ecossistemas locais. No entanto, isso só será possível através de sistemas agrícolas de base ecológica, de modo especial a agroecologia, o que implica sistemas complexos de policultivos.

Mas alimergia não é só um novo conceito, procurando unir, em um processo produtivo integrado e sistêmico, alimentos, meio ambiente e energia. É um novo paradigma (jeito de ver o mundo), necessário para responder aos desafios e às exigências objetivas que a comunidade humana e a sobrevivência da vida da biosfera colocam em termos

energéticos, alimentares e ambientais, para o presente e, dramaticamente, para a construção do futuro.

BIBLIOGRAFIA:

CARVALHO, Horácio Martins de. **O Campesinato no Século XXI Possibilidades e Condicionantes para o seu desenvolvimento no Brasil**. Editora Vozes, 2005.

DUPAS, Gilberto, **O Mito do Progresso**. Editora da UNESP, 2006.

DUPAS, Gilberto, Artigo: **O mundo começou e acabará sem o Homem**. Folha de São Paulo, 30 de janeiro de 2007.

GÖRGEN, Frei Sérgio Antônio. **Os novos desafios da agricultura camponesa**. 2004.

GUZMÁN, Eduardo, S.; MOLINA, Manuel, G. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. 3ª ed. São Paulo. Expressão Popular, 2005.

MPA, PLANO CAMPONÊS. **Construindo o Novo Caminho da Roça**. 2007

MPA-PR. Cartilha: **Caminhos da Afirmação Camponesa, Tecnologias e Conhecimentos Populares**. 2009

Pimentel, David e Pimentel Marcia, **“El uso de la energia em la agricultura una visión general”**, LEISA revista de agricultura, 2005.

Silva, Valter Israel da. **Caminhos da Afirmação Camponesa Elementos para um plano camponês**. Instituto Cultural Padre Josimo, 2009

Defender o comunal diante de um novo processo desamortizador

Félix Rodrigo Mora



O artigo de J. Lamo de Espinosa “La lucha contra el déficit: ¿una nueva desamortización?”, publicado na ABC , em 27 de maio de 2010, exige uma resposta. O artigo propõe a venda da parte alienável das terras comunais ainda existentes, mesmo que em geral já bastante desnaturalizadas, até 3,5 milhões de hectares, pelos quais o Estado da Espanha receberia cerca de 21 bilhões de euros, destinados a enxugar seu déficit. É um novo processo privatizador o modelo de gestão da terra a defender? Aqui analisamos e reivindicamos, com uma visão histórica, outra fórmula de entender a relação com a terra.

1. **O comunal sempre em perigo.** Antes da revolução liberal iniciada pela Constituição de 1812, a grande maioria das terras no Estado espanhol não era uma mercadoria, estavam “mortas” para o mercado. A desamortização consistiu em convertê-las em bens mercantis, em propriedade privada. O processo teve seu ápice com a Lei de Desamortização Civil de 1855, no total, pelo menos 17 milhões de hectares foram usurpados das comunidades rurais e privatizados.

Os rumores a respeito de que o comunal sobrevivente ao medonho processo desamortizador citado, constitucional e liberal dos séculos XVIII-XX, poderia ser em breve apropriado pelo ente estatal (o que é ilegítimo e inclusive ilegal, no meu entender), leiloado e entregue a quem desse o melhor lance, já são apontados com apreensão por Alejandro Nieto, autor de “Bienes Comunales” e outros trabalhos sobre esse tema, no livro *Arabako Kontzejua XXI. Mendean*, de modo que o artigo acima citado só vem confirmar que algo inquietante está sendo planejado nas alturas.

Não se compreende por que esses cavalheiros fixam sua atenção no comunal para reduzir o endividamento do Estado, em vez de considerar outras possibilidades. Os bens e terrenos comunais foram e estão sendo espoliados sistematicamente. Por exemplo, há áreas que aparecem nos catálogos e relações como propriedade dos Ajuntamentos, quando, na verdade

são dos vizinhos. Isso ocorre há séculos, o que explica que o *cabildo* de Cuenca seja, aparentemente, o maior proprietário de terras do país, e que as corporações locais se intrometam com frequência no que não lhes compete: o controle e a renda monetária do comunal nos locais onde ainda existe. Outras vezes, são as vorazes Comunidades Autônomas que inscrevem ocasionalmente como seu o que é da vizinhança organizada em **conselho aberto**.

O conselho aberto é a assembleia governativa das aldeias, organismo próprio da península ibérica, onde vivia a maioria da população. Uma de suas funções era decidir tudo relacionado com o manejo das terras e outros bens comunais. O conselho aberto, surgido no norte da península ibérica, com as mudanças emancipatórias da alta Idade Média, se transformou em conselho fechado nas vilas e cidades a partir do século XIV por imposição da coroa que designava seus integrantes, um pequeno grupo da elite local.

O exposto significa que, se o Estado central foi quem aniquilou à força o significado do comunal (e da ordem social sobre ele constituída, o que é qualificável como **etnocídio**), sobretudo com as leis desamortizadoras de terras e outras propriedades coletivas populares de 1770, 1813 e 1855, atualmente o Estado e as outras duas expressões do estatal, as Comunidades Autônomas e os Ajuntamentos, se propõem a acabar por completo com o comunal, fazendo com que no agro só existam dois tipos de propriedade particular, a estatal em suas três expressões (erradamente tida como “pública”) e a privada capitalista, com uma presença cada vez mais reduzida da pequena propriedade camponesa. A propriedade comunal é qualitativamente diferente de ambas, e é a única que pode ser qualificada sem aspas de pública, uma vez que é comum das e dos vizinhos, ao se realizar a tomada de decisões a respeito dela por todas e todos os adultos de cada localidade.

Portanto, levando em conta que a bancarrota de fato do Estado já se tornou uma situação consolidada, em função da crise econômica iniciada em 2008, que por sua natureza é de difícil e longa superação, podemos estar certos de que, cedo ou tarde, o Estado começará a aniquilar o comunal subsistente. Isso nos chama à resistência e à luta, para manter o que dele ainda sobra, recuperar sua condição original, fazer com que as porções de comunal espoliadas pelo Estado e por particulares sejam devolvidas ao acervo coletivo, conhecer melhor sua natureza concreta, contribuir para criar comunidades humanas rurais aptas para a vida comunitária, ou seja, sustentada nos bens comunais, cooperar para forjar seres humanos com qualidade e virtude suficientes para poder ser sujeitos agentes dos objetivos expostos. O primeiro passo nessa direção é compreender com objetividade a questão.

2. Compreender o comunal. A propriedade comunal se forma na Alta Idade Média (época caluniada com ferocidade pela historiografia progressista hoje tornada oficial e ortodoxa), nos territórios livres do norte peninsular, como consequência e ao mesmo tempo causa da grande revolução civilizatória que neles teve lugar a partir do século VIII, da qual é expressão a obra escrita de Beato de Liébana. Desde suas origens, está intimamente vinculada à instituição assembleária do conselho aberto. Na realidade, sem compreender este, não se pode entender com objetividade o comunal, que, longe de ser uma instituição essencialmente econômica, deve ser percebido como a expressão de um ideário sublime de convivência e relação em um nível superior entre os seres humanos, o que Felipe Esquíroz representa na noção de “espírito de comunalidade”.

Beato de Liébana foi um monje cântabro que viveu no século VIII, vinculado à ala revolucionária do cristianismo, mais concretamente ao movimento insurgente norte-africano denominado donatista. É mais conhecido pelas maravilhosas iluminuras que ilustram os manuscritos de suas obras do que por estas mesmas, o que é injusto. Naquelas, aparece a cosmovisão que deu origem ao conselho aberto e ao comunal.

A instituição do conselho aberto hoje tolerada para municípios de menos de 100 eleitores (pela legislação emanada da Constituição de 1978, não democrática, em particular a Lei de Regime Local de 1985) permite uma paródia de instituição de conselho, tão estrangida e menosprezada por instituições e leis, e tão submetida aos poderes estatais e empresariais vigentes, que não pode ser levada a sério. Portanto, batalhar pelo comunal há de ser, também, a briga por um sistema de conselho soberano, não deturpado, por uma nova ordem assemblear, livre, plural e coletivista, onde a assembleia seja o centro da vida política de todas

e todos os adultos. Em consequência, o conselho aberto hoje é mais assunto do futuro do que do passado.

As metas últimas do comunal, como instituição e como trama de relações sociais, eram maximizar a convivência e a boa relação entre os vizinhos, isto é, o amor e o afeto mútuos, como conservam algumas normas locais do passado, como, por exemplo, a de Munain (Álava), no País Basco. Tal sociedade era de natureza de convivência, isto é, qualitativamente diferente da atual, que se propõe incrementar o poder político e econômico das elites mandantes.

Os fins dessa formação social eram imateriais, e as necessidades materiais desempenhavam uma função secundária, o que não pode ser esquecido, pois os que pretendem explicar a instituição popular do comunal através de critérios economicistas, ou produtivistas, equivocam-se no mais essencial, erro que ainda contribui para oferecer uma imagem deformada e manipulada, daquela e da sociedade rural popular tradicional em seu conjunto. Definitivamente, aquela satisfaz a necessidade humana mais premente, de tipo imaterial, a de relação, de afeto, de companhia e carinho, de generosidade e serviço desinteressado, hoje quase que completamente sufocada, além de demonizada, pelo *status quo* e seus porta-vozes.

É certo, entretanto, que o comunal proporcionava uma parte substancial das necessidades vitais das comunidades rurais nas quais, até sua descaracterização, a propriedade privada era bastante rara, assim como seu correlato, o espírito de possessividade. Mas ocorria com subordinação à meta número um daquela formação social, a otimização da convivência, desígnio ao qual se dirigia também o conselho aberto. Sem propriedade privada e sem instituições estatais de mando e domínio, os vínculos de amizade, cooperação, simpatia e amor entre as e os vizinhos podiam alcançar sua máxima expressão.

O meio natural também desempenhou uma função importante naquela sociedade, porque ao ter metas espirituais reduzia ao mínimo as exigências materiais, o que lhe permitia viver com a natureza e não contra ela, como ocorre agora, uma vez que o consumo e a abundância de bens eram tidos como negativos e indesejáveis. Sendo a ordem social de conselho e comunal um amplo agregado de aldeias, no qual cada comunidade devia subsistir com o local, a preservação do meio convertia-se em uma exigência estrutural. A inexistência de cidades (pela ausência ou extrema debilidade do Estado), sempre funestas ambientalmente, contribuía para o mesmo fim, o mesmo que o amplo consumo humano de frutos e ervas silvestres, que limitava a atividade agrícola, estando o restante coberto por uma floresta alta interminável, que ainda existia como tal no século XV e que foi liquidada no XIX pela aplicação das leis sobre desamortização civil impostas pelo ente estatal liberal e constitucional, para se fortalecer, criar o capitalismo e debilitar o elemento popular. Enfim, o ideário de amor às e aos iguais se estendia à natureza.

Tudo isso, que hoje só sobrevive como recordação que quase faz rolar as lágrimas, agora vai ser destruído até suas mais ínfimas manifestações. Está em nossas mãos evitar que isso ocorra.

esfyserv@gmail.com

Para saber mais:

Esquíroz, Felipe: *Historia de la propiedad comunal en Navarra y Comunal y utopía*. Fariña Jamardo, Xosé: *Concellos abertos na Limia*, Xunta de Galicia, 1982.
Hidalgo Guerrero, José María: "Villamor de Riello: un antiguo concejo leonés en la comarca de Omaña", Club Xeitu, 2009.
Rodrigo Mora, Félix: *Naturaleza, ruralidad y civilización*, Brulot, Madri, 2008 e "Quien dice Cantabria dice concejo abierto" *Diagonal Cantabria* núm. 18, 2010)
Vários autores, *Beato de Liébana: obras completas y complementarias* II tomos, Biblioteca de Autores Castellanos, 2004
Yarza, Joaquín: *Beato de Liébana: Manuscritos iluminados*, Moleiro editores, 1998.

Ataques, políticas, resistência, relatos

As Áreas Naturais Protegidas desconhecem o território indígena

Ana de Ita, La Jornada, 15 de janeiro de 2011. À medida que no mundo aumentam as pressões para manter protegidos lugares de alta biodiversidade biológica, os povos indígenas e comunidades locais redobram suas lutas de resistência contra o estabelecimento de Áreas Naturas Protegidas (ANP) em seus territórios. A política que busca manter os redutos mais bem conservados do planeta muitas vezes se choca com os direitos dos povos nativos, já que muitos desses redutos existem porque as comunidades indígenas os conservaram, recriaram e mantiveram.

No México, metade do território nacional é propriedade de *ejidos* e comunidades agrárias, lar de camponeses e povos indígenas. E, ainda que o discurso de proteção da natureza esteja afinado com suas concepções, as Áreas Naturais Protegidas se converteram em uma ameaça para seus territórios e para a autonomia ou livre determinação, que é sua principal demanda.

As ANP são estabelecidas por decreto de qualquer nível de governo e são de utilidade pública, o que permite inclusive sua expropriação. Os direitos dos possuidores estão subordinados à regulamentação do decreto, do programa de manejo e do ordenamento ecológico; não têm prioridade sobre outro sujeito ou grupo social envolvido: são considerados mais uma das chamadas “partes interessadas” (*stakeholders*). Os possuidores tampouco têm direito de veto, nem se garante seu conhecimento prévio informado, mesmo que sejam povos indígenas.

Nas ANP, não se garante que os objetivos de conservação prevaleçam sobre interesses de lucro, pois não estão proibidas atividades muito contaminantes, como a exploração de petróleo ou de minerais, nem a apropriação de água ou qualquer outro recurso por qualquer agente econômico, somente se exige que não se cause deterioração do equilíbrio ecológico.

Nas ANP, os administradores governamentais, as organizações internacionais de conservação, ou inclusive as empresas privadas, tiram da assembleia de membros do *ejido* e comuneiros o controle das decisões sobre o território e o uso dos recursos, daí que tenham dificuldade cada vez maior para se estabelecerem.

Até o ano passado, no México, a Comissão Nacional de Áreas Naturais Protegidas (Conanp) administrava 174 ANP, em uma extensão de 25 milhões e 400 mil hectares. De acordo com um estudo do Banco Mundial, 95% das ANP estão localizadas em áreas de uso comum, de *ejidos* e comunais, pelo que se apropriam de 23% da superfície do setor social, e pelo menos 71 delas encontram-se sobre territórios de 36 povos indígenas. Das 152 áreas terrestres prioritárias para a conservação, que abrangem 51 milhões e 600 mil hectares, pelo menos 60 se sobrepõem a territórios indígenas.

No final dos anos 1980, as pretensões governamentais de instalar ANP foram enfrentadas pelos *ejidos* e comunidades possuidores dos territórios propondo áreas voluntárias de conservação. Existem 177 áreas voluntárias, em 15 estados do país, que abrangem em torno de 208 mil hectares, e nelas participam pelo menos nove povos indígenas. A maioria está localizada em Oaxaca, onde existem 79 áreas de certificação voluntária. Mas, em 2008, a Lei Geral do Equilíbrio Ecológico e Proteção do Ambiente mudou e colocou as áreas voluntárias de conservação como uma

categoria a mais de área natural protegida – estabeleceu seu caráter de utilidade pública e de competência federal – e estendeu seus condicionamentos a elas, adotando atribuições sobre os territórios que as comunidades tinham tentado não permitir.

Isso ocasiona fortes conflitos entre as comunidades e a Conanp, ao se contraporem nos territórios dois modelos de conservação e duas estruturas de governo. A conservação que vem das comunidades, com suas regras decididas por acordo de assembleia, e a conservação imposta de fora, que procura tomar as decisões sobre o território. Quando as comunidades buscam dar por encerrado o compromisso de “conservação voluntária”, se depararam com o fato de que é obrigatório e de que devem esperar até terminar o prazo, ou pagar um estudo técnico que justifique sua negativa.

Em 2010, justo antes das Conferências de Nagoia (sobre o Convênio de Diversidade Biológica – COP 10) e de Cancun (sobre Mudança Climática – COP 16), os povos kuna, kichwa kayampi, q'eqchi de Livingston, bene gulash e ñu savi, começaram a circular a chamada Declaração de Heredia, na qual exigem que não se estabeleçam mais áreas naturais protegidas em territórios indígenas, se anulem as que até a data foram decretadas e se restituam tais terras e territórios às comunidades e povos despojados.

O estabelecimento de ANP considera que os territórios indígenas e camponeses são terrenos baldios.

Mosquitos Terminator para controlar a dengue



Elizabeth Bravo. Pela primeira vez, foram introduzidos mosquitos transgênicos na natureza. Três milhões de “machos estéreis” foram liberados nas Ilhas Caiman pela Oxitec (uma empresa biotecnológica da Universidade de Oxford), que faz parte do

consórcio *MosqGuide*, que inclui entre seus colaboradores cientistas da Universidade de São Paulo, o Gorgas Institute no Panamá e o Instituto Nacional de Saúde Pública do México, entre outros centros de pesquisa da Índia, Tailândia, Estados Unidos e Inglaterra. O objetivo é controlar a dengue.

O passo seguinte é introduzi-los na Malásia e no Brasil. Em ambos os países já contam com as autorizações necessárias por parte das autoridades responsáveis. A aprovação permite a liberação de mosquitos *Aedes aegypti* OX513A, vetores do vírus da dengue e da febre amarela.

Os *Aedes* em questão são mosquitos transgênicos machos portadores de um gene “assassino” que quando acasalam com as fêmeas de mosquitos silvestres (quase) toda a sua descendência morre. Trata-se de um mosquito “terminator” e, apesar disso, é considerado “ambientalmente benigno” porque só os mosquitos fêmeas transmitem o vírus.

Segundo a Dra. Mae Wan Ho não se pode afirmar que a técnica é “segura” por só liberar mosquitos machos, pois no laboratório têm que ser produzidos machos e fêmeas transgênicos (os machos não podem aparecer do nada, necessita-se sempre das fêmeas). Os machos transgênicos têm que ser separados das fêmeas, e isso é feito na fase de pupa, quando os machos são menores, mas sempre há fêmeas maiores ou machos menores. Em uma população de um milhão de insetos, é muito provável que se infiltrem fêmeas, capazes de transmitir a dengue e os genes letais.

No Brasil, o projeto é coordenado pela professora da Universidade de São Paulo (USP) Margareth Capurro, e o primeiro teste fora do laboratório foi efetuado em Juazeiro, na Bahia, onde já existe uma biofábrica da chamada Moscamed, na qual se trabalha com outro inseto transgênico: a mosca a fruta, também no desenvolvimento de “machos estéreis”. O galpão onde se instalará o projeto pode produzir um milhão de ovos por semana, com potencial de até um bilhão de ovos no mesmo período.

A Oxitec tem estreitos vínculos com a Syngenta, com quem desenvolve pragas agrícolas transgênicas para enfrentar o problema criado pelas variedades Bt, pois os insetos se tornaram resistentes às toxinas presentes nesses cultivos transgênicos.

Outro dos financiadores da Oxitec é a Fundação Gates, que aportou quase 20 milhões de dólares para um trabalho conjunto da empresa com a Universidade da Califórnia em Irvine, a Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM) e o Instituto Nacional de Saúde Pública (INSP) do México. O projeto conta, ainda, com financiamento do governo mexicano. A cepa transgênica será avaliada no estado de Chiapas.

Essa forma de abordar o controle das enfermidades transmitidas por vetores, desvia a atenção das causas estruturais pelas quais essa enfermidade prolifera. De acordo com o Dr. Jaime Breilh, essa enfermidade está associada à deterioração dos espaços urbanos nos bairros empobrecidos e amontoados das cidades latino-americanas, à crise dos serviços sanitários, à não disponibilidade de água corrente, que obriga ao armazenamento de água em precários recipientes abertos, à ausência de sistemas de descarte de elementos sólidos, que, ao serem expostos se convertem em criatórios de larvas, aos processos de migração do campo para os depauperados bairros urbanos, ao crescimento de formas de habitação precárias e ao desmantelamento dos programas de prevenção das enfermidades transmitidas por vetores. Com o dinheiro que está sendo utilizado no desenvolvimento desses perigosos mosquitos transgênicos, poderiam se implementar políticas públicas para melhorar as condições de vida das populações afetadas.

Transnacionais na Argentina escravizam seus trabalhadores

Stella Calloni, Buenos Aires, La Jornada, 6 de janeiro. As empresas transnacionais de grãos Nidera e Southern Seeds Production SA (SSP) mantinham encerrados 130 trabalhadores, e outros 69, respectivamente - incluindo adultos, adolescentes e crianças -, em condições de servidão e em clara violação aos direitos humanos básicos e trabalhistas, em estabelecimentos rurais de San Pedro, a pouco mais de cem quilômetros a oeste desta capital.

Esses casos foram descobertos pela denúncia da Administração Federal de Ingressos Públicos (AFIP), que o jornalista e escritor Horacio Verbitsky publicou esses dias, comovendo a opinião pública.

Uma fotografia publicada em *Página 12* foi comparada pelo rabino progressista Daniel Goldman com a tirada no momento em que os aliados entraram no campo de concentração de Auschwitz, no final da Segunda Guerra Mundial, onde encontraram “os escravos recostados em seus beliches com essas caras e olhares de que nada mais os surpreende. Evidentemente há um paralelismo entre ambas”.

Goldman sustenta que “o que acontece em San Pedro não é nada além de mais uma variante das formas de nazismo na América Latina”.

Modelo neoliberal. As condições de trabalho nas zonas rurais foram consideradas sempre as mais injustas e miseráveis. Mas isso se agravou nos anos 1990, quando a implantação do modelo neoliberal produziu desemprego em massa e um avanço de grupos de grandes e médios produtores em todo o país sobre as terras dos pequenos produtores e das comunidades indígenas.

Os ministérios argentinos do Trabalho e do Desenvolvimento Social advertiram nestes últimos anos sobre essa situação, da qual nunca falaram as quatro entidades rurais, que mantiveram o país apreensivo no início do ano de 2008, quando se negaram a pagar um imposto sobre as milionárias vendas de soja ao exterior.

Nesses momentos, mantiveram bloqueios de estradas e greves indefinidas, que circundaram o golpe como aqui se denunciou, mas, em seus estabelecimentos, continuavam trabalhando os peões contratados de forma irregular e em condições de escravidão.

Uma maioria das pessoas escravizadas nesses últimos casos provinha da província nortenha de Santiago del Estero, onde os camponeses lutam contra produtores de soja que se apoderam de suas terras e utilizam grupos civis e, inclusive, “compram policiais e juízes” para apoiar seus abusos, como denunciaram os dirigentes.

Na empresa Nidera, denunciada também pela AFIP pela evasão de impostos em mais de 260 milhões de pesos, das 130 pessoas encerradas e em condições de servidão, 30 eram crianças e adolescentes. Não tinham luz e nem água, não podiam sair para parte alguma, e lhes descontavam a comida de seus magros salários.

Estavam alojados em caminhões, nos quais dormiam espremidas até 20 pessoas, trabalhando mais de dez horas a pleno sol, inclusive nos feriados. Não sabiam qual era seu salário final e tampouco onde estavam.

Na última invasão na SSP, o magistrado interveniente ordenou a detenção de um dos donos e de quatro capatazes, enquanto o Ministério do Trabalho da província de Buenos Aires fechou o estabelecimento.

Esses casos se enquadram, ainda, no delito de tráfico de pessoas em estabelecimentos rurais, cuja investigação é encabeçada desde dezembro passado pelo fiscal de San Nicolás, Rubén Darío Giagnorio.

O magistrado apurou que os trabalhadores são trazidos à base de mentiras por uma empresa intermediária (terceirizadas) e são mantidos em condições de escravidão.

Na Southern Seeds, para dormir, contavam com uns 30 beliches velhos dentro de uma barraca de lona que deviam compartilhar. Além disso, não tinham banheiros e nem luz. A água para tomar banho, a traziam em galões de agrotóxicos. “Se alguém fugia, nos diziam que todos iam pagar por isso”, disseram as vítimas.

Diante dessa realidade o ministro provincial do Trabalho, Óscar Cuartango, considerou que a situação descoberta – que se estende a outros estabelecimentos agrícolas – beirava o que se considera juridicamente como crime de lesa humanidade.

Por outro lado, o fiscal determinou que esses trabalhadores regressem a suas terras com o dinheiro que lhes é devido, e advertiu que as vítimas “não podem continuar trabalhando com os algozes”, diante de uma solicitação da empresa.

Também se expôs a cumplicidade da direção sindical da União Argentina de Trabalhadores Rurais e Estivadores (UATRE), conduzida por Gerónimo Venegas, que fundou com o gastrônomo José Luis Barrionuevo a chamada Confederação Geral do Trabalho Azul e Branca unida à direita peronista que ataca duramente o governo atual.

Venegas apoiou inclusive as lideranças empresariais rurais responsáveis por essas e outras situações similares.

O vice-ministro do Trabalho da província, Carlos Molina, disse que urge terminar com essa e outras situações similares.

Nos anos 1990, começaram a descobrir como se utilizava o trabalho escravo em várias fazendas ou em fábricas têxteis e outras nesta capital. Inclusive houve incêndios em oficinas de costura que provocaram vítimas fatais. “As penas para os responsáveis por esse tipo de delito vão de 3 a 15 anos de prisão”, explicou o fiscal Giagnorio.

Para muitos juristas, este deve ser o ano em que se coloque fim à escravidão no trabalho rural ou nas cidades através de fortes campanhas.

Da mesma maneira, as investigações judiciais demonstraram, no caso da tomada do Club Albariño, em Villa Soldati, e inclusive no parque Indo-americano – onde a repressão deixou três mortos recentemente –, como grupos de pessoas, apoiadas por lideranças políticas, incitam e pagam somas miseráveis aos sem teto para ocupar terrenos, que depois loteiam e vendem a outros, em uma história duplamente trágica.

No país, 80 por cento da superfície cultivada está em mãos de 20 por cento da população, e só o maior proprietário de terras do país, a empresa Benetton, da Itália, possui terras cujo tamanho equivale a 4.500 vezes esta capital. O tema da escravidão abriu uma janela há muito tempo fechada, com vista para o interior profundo do outro país.

Mineração em Guerrero, México

“O coração das trevas”

Ojarasca, janeiro de 2011. A Coordenadora Regional de Autoridades Comunitárias (CRAC) realiza assembleias desde 23 de janeiro para determinar as ações que deverão ser empreendidas na região e seu posicionamento formal diante das intenções das mineradoras estrangeiras que buscam se instalar na região Costa Chica-Montaña.

As notícias coincidem em mostrar que, desde o início de novembro, três pessoas, que se identificaram como empregados da mineradora Hochschild México, com capital britânico, chegaram aos escritórios da CRAC na cabeceira de San Luis Acatlán, na Costa Chica de Guerrero, e solicitaram uma entrevista com a direção da Polícia Comunitária, para notificá-los de que iam sobrevoar a região em helicóptero em muito baixa altitude pelas colinas da zona.

Isso, mais a apresentação de um documento fotocopiado, que demonstra que, desde 21 de outubro de 2010, a Hochschild tem as autorizações legais para realizar essas investigações, emitidas pela Direção de Geografia e Meio Ambiente do Instituto Nacional de Estatística, Geografia e Informática (INEGI), levantou um alvoroço na região, que é fácil de entender diante da escalada arrasadora que a mineração está assumindo nas regiões indígenas do México e em toda a América Latina.

Pablo Guzmán, coordenador da Casa de Justiça da CRAC, confirmou que as assembleias de janeiro começarão em Jonotichán, onde se reunirão 24 comunidades dentro da área de influência da Casa de Justiça para “tomar decisões por cada núcleo agrário e emitir um pronunciamento a respeito”.

Segundo as investigações dos próprios habitantes da região, são três os projetos de mineração, um que a Hochschild Mining pretende colocar em andamento em territórios indígenas, com o muito execrável nome de “Coração das Trevas” (com repercussões de espoliação e envilecimento, como as narradas por Joseph Conrad na novela de mesmo nome), que inclui San Luis Acatlán, Zapotitlán Tablas, Malinaltepec e Tlacoapa. Dois outros projetos serão empreendidos pela Camsim Minas, denominados Projeto San Javier e La Diana, no território de Iliatenco y Malinaltepec.

O que mais surpreende as comunidades é que ninguém ali tinha conhecimento de que a voracidade das empresas estava colocando os olhos em seu território, enquanto que os documentos oficiais da Secretaria de Economia mostram que havia informação há anos.

Segundo Rodríguez Montes, “não é estranho que a partir do governo se tenha dado anuência a 550 concessões de exploração a empresas mineradoras somente entre 2000 e 2009, ou seja, em menos de uma década, de acordo com a Direção Geral de Minas e a Direção de Cartografia e Concessões Mineiras, que especificam em uma lista os Títulos de Concessão Mineira Expedidos durante esse período. As concessões implicam 1.583.928 hectares.”

(*Ojarasca*, com informação de Jesús Rodríguez Montes e Zacarías Cervantes, do *El Sur*; do *La Jornada Guerrero* e da Coordenadora Regional de Autoridades Comunitárias)

**A Via Campesina denuncia:
a Fundação Bill & Melinda Gates
compra ações da Monsanto**

Glendive, Montana, EUA (10 de setembro de 2010). A Via Campesina, um movimento camponês global, que representa pequenos agricultores, trabalhadores sem terra, pescadores, mulheres rurais, juventude e povos indígenas, com 150 organizações membros de 70 países em 5 continentes, denuncia a recente aquisição de ações da Monsanto por parte do fideicomisso da Fundação Bill & Melinda Gates. A Fundação Bill & Melinda Gates foi fundada em 1994 por William H. Gates, fundador da

Microsoft, e hoje exerce uma influência hegemônica sobre as políticas globais de desenvolvimento agrícola. A Fundação canaliza centenas de milhões de dólares para projetos que estimulam camponeses e agricultores a usar as sementes transgênicas e agroquímicos da Monsanto. Em agosto, o fideicomisso da Fundação Bill & Melinda Gates, o qual administra a dotação de 33,5 milhões de dólares que financia os projetos filantrópicos da fundação (da qual Bill e Melinda são síndicos), anunciou que havia comprado 500 mil ações da Monsanto, avaliadas em um pouco mais de 23 milhões de dólares.

Segundo Dena Hoff, produtora familiar diversificada de Glendive, Montana, e coordenadora norte-americana da Via Campesina, “a compra de ações da Monsanto por parte da Fundação Bill & Melinda Gates indica que o interesse da fundação em promover a semente da companhia tem menos a ver com filantropia do que com lucro. A fundação está ajudando a abrir novos mercados para a Monsanto, a qual já é a maior companhia de sementes do mundo”.

Desde 2006, a Fundação Bill & Melinda Gates colabora com a Fundação Rockefeller, entusiasta promotora de cultivos transgênicos para os pobres do mundo, para implementar a Aliança para uma Revolução Verde na África (AGRA), a qual está abrindo o continente à semente transgênica e substâncias químicas vendidas pela Monsanto, Dupont e Syngenta. A Fundação deu 456 milhões de dólares à AGRA e, em 2006, contratou Robert Horsch, que foi executivo da Monsanto por 25 anos, para trabalhar no projeto. No Quênia, cerca de 70% dos recebedores de fundos da AGRA trabalham diretamente com a Monsanto, quase 80% do financiamento de Gates no país tem a ver com biotecnologia, e mais de 100 milhões de dólares em doações foram dados a organizações quenianas ligadas à Monsanto. Em 2008, 30% dos fundos da Fundação para desenvolvimento agrícola foram para promover variedades de semente transgênica.

Em abril, a Fundação Bill & Melinda Gates e os ministros de finanças dos Estados Unidos, Canadá, Espanha e Coreia do Sul comprometeram-se a doar 880 milhões de dólares para criar o Programa de Agricultura e Segurança Alimentar Global (GASFP), administrado pelo Banco Mundial para “combater a fome e a pobreza no mundo”. Em junho, o GASFP anunciou 35 milhões de dólares ao Haiti para aumentar o acesso de agricultores com pequenas parcelas a “insumos agrícolas, tecnologia e cadeias de abastecimento”. Em maio, a Monsanto anunciou que doou 475 toneladas de sementes ao Haiti, que estão sendo distribuídas pela Agência Internacional de Desenvolvimento dos Estados Unidos (USAID). O administrador da USAID é Rajiv Shah, que trabalhou com a Fundação Gates antes de ser nomeado pela administração Obama em 2009.

Segundo Chavannes Jean-Baptiste, do movimento camponês haitiano de Papaye e coordenador caribenho da Via Campesina, “É realmente chocante para as organizações camponesas e movimentos sociais do Haiti sabermos da decisão da Fundação Bill & Melinda Gates de comprar ações da Monsanto enquanto está dando dinheiro a projetos agrícolas no Haiti que promovem as sementes e agroquímicos da companhia. As organizações camponesas do Haiti denunciam essa política, que vai contra os interesses de 80% da população haitiana e vai contra a agricultura camponesa, base da produção de alimentos no Haiti”.

A Fundação Bill & Melinda Gates também financia a iniciativa Feed the Future (Alimentando o Futuro), do governo dos Estados Unidos, que é administrada pelo Departamento de Estado. Em uma audiência do subcomitê congressional sobre a Feed the Future, Gerald Steiner, vice-presidente executivo da Monsanto, declarou que “Feed the Future é emocionante porque reconhece os imperativos empresariais através dos quais a Monsanto e outras companhias têm que operar... Queremos fazer bem ao mundo, enquanto queremos fazer bem aos nossos acionistas”. Steiner mencionou o projeto da Monsanto para desenvolver milho resistente a secas na África, também financiado pela Fundação Bill & Melinda Gates.

Segundo Dena Hoff, “Por boas que sejam suas intenções, as fundações não deveriam estar determinando as políticas alimentares e agrícolas de nenhuma nação ou povo. A democracia requer a participação informada da sociedade civil para determinar o que é melhor para os interesses da população de cada nação. 'Fazer bem aos nossos acionistas' parece ser uma motivação ilegítima para intervir na saúde e bem-estar do planeta e todos os seus habitantes no afã de obter lucro”.

Talvez não seja coincidência que, em julho, o executivo-chefe e presidente da Monsanto, Hugh Grant, comprou 2 milhões de dólares em ações da companhia, e o vice-presidente e executivo encarregado das finanças, Carl M. Casale, comprou 1,6 milhões de dólares em ações. “Grant e Casale meteram nos bolsos tremendas somas vendendo ações da Monsanto através dos anos”. A compra de ações da Monsanto por parte de Gates, Grant e Casale pode ter sido em antecipação à notícia difundida na semana passada de que pesquisadores haviam publicado o genoma do trigo, um grão básico para um terço da população mundial. “Para a Monsanto, um mapa de qualidade do genoma do trigo poderia potencialmente nos ajudar em nossos esforços para trazer melhores variedades de trigo para os agricultores”, declarou a Monsanto. Em 2008, a Fundação Bill & Melinda Gates outorgou 26,8 milhões de dólares à Universidade de Cornell para fazer pesquisa sobre trigo e, em maio, deu 1,6 milhões de dólares a pesquisadores da Washington State University para desenvolver variedades transgênicas de trigo resistentes a secas.

A Fundação Gates continua empurrando os produtos da Monsanto aos pobres, apesar da crescente evidência dos perigos ecológicos, econômicos e físicos da produção e consumo de cultivos transgênicos e agroquímicos. Em junho, a Suprema Corte dos Estados Unidos decidiu sobre o caso Monsanto vs. Geerston Seed Farms, seu primeiro caso sobre um cultivo transgênico. A corte reconheceu que a contaminação genética de cultivos não transgênicos, causada pelo fluxo de transgenes de DNA de cultivos transgênicos, que ocorre através da dispersão do pólen pelo vento e abelhas, é danosa e onerosa ao ambiente e aos agricultores. Segundo a página na web da Fundação Bill & Melinda Gates, “A AGRA e seus sócios disseminaram mais de cem variedades novas de semente melhorada por todo o continente (africano)”.

A Via Campesina sustenta que assegurar uma alimentação saudável, adaptar-se à mudança climática, conservar solos, água e florestas, e revitalizar economias rurais requer políticas que promovam a soberania alimentar e sistemas agroecológicos em pequena escala, que se fundamentem em sementes nativas. As Nações Unidas calculam que 75% da diversidade genética vegetal do mundo se perdeu à medida que os agricultores abandonaram a semente nativa em troca de variedades geneticamente uniformes oferecidas por corporações como a Monsanto. A homogeneidade genética aumenta a vulnerabilidade dos pequenos camponeses a mudanças repentinas no clima e faz surgirem novas pragas e doenças, enquanto que a agrobiodiversidade de sementes – com semente nativa adaptada a diferentes microclimas, altitudes e solos – é fundamental para a adaptação à mudança climática. O guardar e replantar semente nativa aumenta a agrobiodiversidade e fortalece a plasticidade genética (a capacidade de se adaptar rapidamente às mutáveis condições) dos cultivos.

Henry Saragih, coordenador geral da Via Campesina em Jacarta, afirma que “A Via Campesina condena esse desvio da ajuda humanitária com fins comerciais e essa privatização das políticas alimentares”.

**Nova legislação
da UE sobre sementes
Ameaça as variedades
locais, favorece patentes**

e tecnologias de controle

Biotechwatch-Grecia, 19 de outubro de 2010. Uma nova revisão da legislação da UE relativa à comercialização de sementes, que se espera que seja aplicada em breve, parece ser uma ameaça real para a preservação e difusão das variedades locais, levando à sua proibição. Por outro lado, as disposições propostas favorecem as grandes empresas de sementes, através da extensão dos direitos de propriedade intelectual e da promoção de novas tecnologias para o controle de todas as variedades vegetais comerciais.

Sem que se tenha sabido publicamente, a partir de 2008, a Comissão Europeia começou a revisar a legislação da UE relativa ao comércio de sementes. Até há alguns anos, a comercialização de sementes de variedades não registradas (tradicional, locais, e produzidas pelos próprios agricultores), na maioria dos países, não estava submetida a um controle eficaz, já que representavam uma parte relativamente pequena do mercado e eram comercializadas sem fins comerciais competitivos. Em junho de 2008, a Comissão Europeia propôs uma diretiva sobre a conservação de certas variedades, resultando em uma série de diretivas, as quais se aplicam de maneira diferente em cada país da UE. Sua função é regular o movimento das raças comerciais de animais, as variedades de plantas adaptadas às condições locais, assim como das que estão em risco de extinção. Os Estados membros da UE se verão obrigados, em breve, possivelmente em 2011, a incorporar em seu direito nacional as diretivas relacionadas.

Porém, apesar do título “para a preservação da diversidade”, essas diretivas não diminuem a perda da biodiversidade agrícola e nem simplificam a legislação. Como destacado, apesar de terem dado entrada às variedades locais nas listas oficiais, criaram-se demasiados obstáculos burocráticos. Três condições são consideradas particularmente irracionais, e se acredita que têm o perigo da proibição das variedades não registradas: a necessidade de demonstrar a importância dessa diversidade, a limitação e a distribuição das sementes locais só em suas zonas de origem e a restrição quantitativa do cultivo das variedades em relação às variedades comerciais.

Um papel importante na configuração dessas diretivas parece ter sido desempenhado pela indústria de sementes, com uma atividade empresarial já internacional e com suas dez maiores empresas controlando 67% do mercado. Entre elas encontram-se empresas colossais como Monsanto, Bayer e Syngenta, as quais, além da indústria química e biotecnológica, se expandiram rapidamente no campo do comércio de sementes e há tempo estão agindo como grupo de pressão para que a UE assuma a nova legislação e exija o fortalecimento dos direitos de propriedade intelectual e sua proteção. As empresas sustentam que, neste momento, estão perdendo 40% dos mercados potenciais por causa de “reproduções ilegais”, como as chamam, assim como pela produção de sementes de variedades não registradas. Os interesses da indústria de sementes estão representados em todos os continentes pela União Internacional para a Proteção das Obtenções Vegetais (UPOV), através de políticas relativas à Proteção das Obtenções Vegetais (PVP).

Até agora, a engenharia genética parecia servir à indústria como uma solução ideal para assegurar os direitos de propriedade intelectual, uma vez que as variedades geneticamente modificadas podem ser patenteadas e detectadas no campo pelo seu código genético. Os agricultores que estão comprometidos com contratos relativos podem ser processados por reprodução ilegal, no caso de guardarem e comercializarem as sementes transgênicas. A indústria biotecnológica negou-se a assumir a responsabilidade por qualquer contaminação de cultivos e insiste no estabelecimento de limites quantitativos que permitem a contaminação genética limitada de cultivos não transgênicos, sem que isso venha especificado no rótulo do produto.

Devido à crescente resistência europeia aos organismos geneticamente modificados, a indústria agora propõe outras soluções tecnológicas a esse respeito. Nas negociações pelas novas normas legislativas relativas à comercialização de sementes, pretendem conseguir a possibilidade de identificar as variedades mediante uma tecnologia de sequenciação genética conhecida como Marcador Molecular. Essa tecnologia – que não é uma modificação genética – permitirá às empresas reconhecer suas variedades no campo e assim evitar que se torne a plantá-las no ano seguinte. No entanto, ignora-se o risco de que essas sequências genéticas possam aparecer e ser detectadas em um campo vizinho, em decorrência de um cruzamento acidental ou inseminação das plantas, gerando os mesmos problemas de propriedade, como ocorre com os transgênicos.

Quais serão as consequências se as companhias de sementes conseguirem impor sua agenda? Organizações ambientais e sociais já apontaram a agressão autoritária contra as variedades locais – o último componente “livre” da produção agrícola – e a criação de uma relação perigosamente dependente entre conciliação e controle através de patentes e novas tecnologias, inclusive nas sementes convencionais.

Trata-se de uma flagrante eliminação dos direitos fundamentais de manutenção e da própria produção de sementes e uma enorme transferência de valor dos agricultores às empresas, as quais já estão reclamando abertamente os principais processos agrícolas. O interessante é que inclusive alguns analistas conservadores começaram a se dar conta de que isso pode conduzir a uma redução do desenvolvimento e da pesquisa. Com uma indústria que, não conseguindo gerar valor através da inovação, procura agarrar o último resíduo do mercado e aumentar seus benefícios, e, por conseguinte, impede qualquer progresso da agricultura.

<http://biotechwatch.gr>

Moratória à geoengenharia

De acordo com um boletim de imprensa do Grupo ETC, “Os 193 países signatários do Convênio sobre Diversidade Biológica (CDB) encerraram sua décima reunião bianual com uma memorável decisão acertada: estabelecer uma moratória de fato sobre os projetos e experimentos de geoengenharia”.

Com a participação de ministros de 110 países, o acordo conseguido no CDB pede aos governos “assegurar que não haverá atividades de geoengenharia até que tenham sido considerados em profundidade os riscos ao ambiente e à biodiversidade e os possíveis impactos culturais e econômicos. O Secretariado do CDB recebeu instruções para informar também sobre as diversas propostas de geoengenharia que existem e possíveis opções de regulamentações intergovernamentais”.

Para Pat Mooney, diretor do Grupo ETC, “Essa decisão é uma vitória do senso comum e da precaução. Não inibirá os estudos para pesquisa científica. As decisões sobre geoengenharia não podem ser tomadas por um pequeno grupo de países que estabeleçam 'diretrizes voluntárias' sobre a manipulação do clima. Com isso se expôs a pouca credibilidade que esse tipo de esforços tinha nos círculos políticos no Norte global. A Royal Society do Reino Unido e suas contrapartes devem cancelar sua Iniciativa sobre o Manejo da Radiação Solar (Solar Radiation Management Governance Initiative) e respeitar que os governos do mundo decidiram coletivamente que as discussões sobre geoengenharia devem ocorrer nas Nações Unidas, onde todos os países têm um lugar na mesa, e onde a sociedade civil pode ver, vigiar e influir no que estão decidindo”.

Ainda que o acordo não seja perfeito, como bem afirma o Grupo ETC, pois falta tornar menos estreita a definição de geoengenharia e incluir, por exemplo, as tecnologias de sequestro e armazenamento de carbono, é importante ter posto um freio a esses

perigosos remendos tecnológicos, que já não podem ser colocados em andamento sem violentar um consenso das Nações Unidas, como afirmou Sílvia Ribeiro, do Grupo ETC.

Uma panorâmica e muitas vistas

Crise climática

Cancun: a solução está nos povos

Reunimos fragmentos de vozes de pessoas e coletivos para iluminar a mobilização por justiça social e ambiental que chegou a Cancun, Quintana Roo, México, em dezembro de 2010, por ocasião da XVI Conferência das Partes da Convenção de Mudança Climática.

Para aqueles que se manifestaram, foi muito contundente o menosprezo dos governos, salvo o da Bolívia, e, ao contrário, foi muito esperançosa a enorme gama de movimentos, organizações e coletivos que, junto com a Via Campesina, rechaçaram terminantemente as falsas soluções e as emendas de mercado expressando-se em caravanas que chegaram a Cancun para fazer sentir um reclame global a favor do planeta. Hoje esses movimentos têm certeza de que as verdadeiras soluções estão no coração das comunidades e dos povos.



Pergunte a qualquer um quais são as exportações mais famosas do México, e lhe responderá com um sorriso sarcástico e uma olhada para o norte: pessoas e

drogas. Agora o país tem um novo produto de exportação: direitos de contaminação (uma herança do neoliberalismo pelo hábito que os países do Norte têm de descarregar no Sul global seus problemas).

Desde 2006, o México esteve vendendo direitos de contaminação à Espanha, ao Reino Unido, à Suíça, à França, ao Japão e à Holanda. As companhias que compram os direitos (produtoras de energia como a Iberdrola ou a Electrabel, por exemplo, ou fabricantes de cimento como a Cemex) são eximidas da obrigação legal de reduzir as emissões de dióxido de carbono que lhes é imposta pelas leis europeias ou japonesas. Como os direitos de contaminação são vendidos muito barato no México, essas empresas economizam milhões e podem adiar por anos as medidas contra o aquecimento global.

Os direitos de contaminação do México já são uma mercadoria de grande venda nos mercados financeiros. Bancos privados, como o BNP Paribas e o Credit Suisse, intermediários e comercializadoras, como a Cargill, a AgCert e a Gazprom Marketing & Trading, os compram para especular e vendê-los a terceiros. E por que não, se os preços são voláteis e se ganha muito dinheiro. E, se o mercado global de contaminação com gases de efeito estufa se tornar tão enorme como alguns preveem – bilhões de dólares – ninguém em Wall Street ou em outros centros financeiros pode se dar ao luxo de ficar de fora.

A idéia do negócio é simples. Se, de acordo com as leis europeias ou japonesas, devem ser reduzidas as emissões de gases, e se os países industrializados não querem pagar os custos que isso implica, é preciso fazer reduções onde seja mais barato fazê-lo, em países como a China ou o México. Assim, as indústrias nesses países podem fazer dinheiro vendendo reduções ao Norte.

No caso de se ter uma indústria suja, haverá muitas emissões a serem reduzidas, e se pode ganhar muito dinheiro. Não é de surpreender que mais de duas dúzias de criatórios industriais de porcos operados pela Granjas Carroll do México, subsidiária da Smithfield, com sede nos EUA, obtenham receita extra capturando e queimando o metano que é produzido pelos excrementos dos porcos. E, como o metano é um gás de efeito estufa muito mais perigoso que o dióxido de carbono, queimar uma só tonelada dele em Puebla ou Veracruz significa que se podem vender direitos para emitir 20 toneladas de CO₂ na Europa.

Se um empresário produz uma substância ainda mais perigosa do que gás com efeito estufa, ele – e os consultores que contrate nos EUA, Europa ou Japão – podem fazer ainda mais dinheiro. Vejam a Quimobasicos, de Nuevo León, o maior exportador mexicano de direitos de contaminação. Destruindo apenas alguns milhares de toneladas de um subproduto, um gás conhecido como HFC-23, a Quimobasicos pode vender mais de 30 milhões de toneladas de direitos de contaminação de dióxido de carbono à Goldman Sachs, à EcoSecurities e à J-Power, a companhia japonesa geradora de energia. Fazer isso custa à companhia o equivalente a 3 pesos mexicanos (28 centavos de dólares) por tonelada de CO₂ “equivalente”, que aos preços atuais – mas dependendo do intermediário que o venda – pode ser vendido no varejo por uns 20 dólares a tonelada.

Não é de surpreender que as companhias e os países de todo o mundo procurem ser o mais sujos possível de forma a ganhar dinheiro limpando um pouco. Tampouco surpreende que esse novo mercado não beneficie aqueles que realmente cuidam do ambiente. As comunidades que vivem com modos de vida que emitem pouco carbono, que lutam para evitar que as companhias extrativistas e as indústrias contaminadoras invadam suas regiões, não são sujas o suficiente para ter entrada no negócio. Nem têm o dinheiro para dar uma azeitada nas regulamentações, nem os caros consultores de que se necessita para lucrar no novo negócio.

Não esperem que, na cúpula climática de Cancun, os governos envolvidos em colocar um fim nesse destrutivo comércio de contaminação façam algo. Afinal de contas, as Nações Unidas ajudaram a instalar esse mercado em 1997 em Kyoto, e muita gente lucrou com isso.



Em Cancun, as coisas podem piorar se for permitido que o carbono das florestas nativas seja vendido no mercado da contaminação. Isso poderia ser o que uma rede de povos indígenas chama: “potencialmente a maior grilagem legal de terras na história”. *Larry Lohmann, México's newest export and the road to Cancún, Focus on Trade, núm 154, novembro de 2010.*

Juntamos nossas milhares de lutas em Cancun os membros da Via Campesina de mais de 30 países de todo o mundo para exigir da Cúpula sobre Mudança Climática (COP16), justiça ambiental e respeito à Mãe Terra, para denunciar as ambiciosas tentativas dos governos, principalmente do Norte, de comercializar todos os elementos essenciais da vida em benefício das corporações transnacionais, e para dar a conhecer as milhares de soluções para esfriar o planeta e parar a devastação ambiental que hoje ameaça seriamente a humanidade.

Tomando como principal espaço o Fórum Alternativo Global pela Vida, pela Justiça Social e Ambiental, celebramos seminários, assembleias e reuniões com nossos aliados em uma ação global que chamamos Os Milhares de Cancun, e que repercutiu por todo o planeta e até nas próprias salas do Moon Palace da COP16. Essa ação, de 7 de dezembro, teve, como expressão de nossa luta, uma marcha de milhares de membros da Via Campesina acompanhados pelos maias da península mexicana e milhares de aliados de organizações nacionais e internacionais.

A mobilização a Cancun iniciou em 28 de novembro com três caravanas que partiram de San Luis Potosí, Guadalajara e Acapulco, percorreram os territórios mais simbólicos da devastação ambiental e das resistências e das lutas das comunidades afetadas. O esforço das caravanas foi um trabalho conjunto com a Assembleia

Nacional de Afetados Ambientais, o Movimento de Liberação Nacional, o Sindicato Mexicano de Eletricistas e centenas de povos e pessoas que nos abriram as portas de sua generosidade. Em 30 de novembro, chegamos com nossas caravanas à cidade do México, celebramos um Fórum Internacional e uma marcha acompanhados de milhares de pessoas e centenas de organizações que também lutam pela justiça social e ambiental.

Em nossa jornada até Cancun, outras caravanas, procedentes de Chiapas, Oaxaca e da Guatemala, depois de muitíssimas horas de viagem, uniram-se, em Mérida, para celebrar uma cerimônia em Chichen Itzá e chegar a Cancun em 3 de dezembro para instalar o Acampamento pela Vida e pela Justiça Social e Ambiental. Em 4 de dezembro, abrimos nosso fórum e demos início a nossa luta em Cancun.

Os atuais modelos de consumo, produção e comércio causaram uma destruição ambiental da qual os povos indígenas, camponeses e camponesas somos as principais vítimas. Nossa mobilização até Cancun e em Cancun é para dizer aos povos do mundo que necessitamos de uma mudança de paradigma de desenvolvimento e de economia. É preciso transcender o pensamento antropocêntrico. É preciso reconstituir a cosmovisão de nossos povos, que se baseia no pensamento holístico da relação com o cosmos, com a Mãe Terra, com o ar, a água e todos os seres vivos. O ser humano não é dono da natureza: é parte de tudo o que tem vida.

Diante da necessidade de reconstituir o sistema, o clima, a Mãe Terra, denunciamos que:

1. Os governos continuam indiferentes frente ao aquecimento do planeta e, em vez de debater sobre as mudanças de políticas necessárias para esfriá-lo, debatem sobre o negócio financeiro especulativo, a nova economia verde e a privatização dos bens comuns.
2. As falsas e perigosas soluções que o sistema capitalista neoliberal implementa, com a iniciativa REDD+ (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação); o MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo), a geoengenharia, representam comercializar os bens naturais, a compra de permissões para contaminar ou créditos de carbono, com a promessa de não derrubar florestas e plantações no Sul.
3. A imposição da agricultura industrial através dos transgênicos e a grilagem legal de terras atentam contra a soberania alimentar.
4. A energia nuclear é muito perigosa e de forma alguma é uma verdadeira solução.
5. O Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a Organização Mundial do Comércio facilitam a intervenção das grandes transnacionais em nossos países.
6. Os impactos causados pelos tratados de livre comércio com os países do Norte e a União Europeia não são mais que acordos comerciais que abrem mais as portas de nossos países às empresas transnacionais para que se apropriem de nossos bens naturais.
7. Os camponeses e povos indígenas são excluídos das discussões dos temas transcendentais na vida da humanidade e da Mãe Terra.
8. Companheiros e companheiras foram expulsos do espaço oficial da COP16 devido a sua oposição às propostas dos governos que apelam para um sistema depredador que aposta em exterminar a Mãe Terra e a humanidade.

Não estamos de acordo com a simples ideia de “mitigar” ou “nos adaptar” à mudança climática. Necessita-se de justiça social, ecológica e climática, pelo que exigimos:

1. Retomar os princípios dos acordos de Cochabamba de 22 de abril de 2010 como um processo que realmente nos leve à redução real da emissão de gases de carbono com efeito estufa e para obter justiça social e ambiental.
2. A soberania alimentar baseada na agricultura camponesa sustentável e agroecológica, uma vez que a crise alimentar e a crise climática são ambas consequências do sistema capitalista.
3. É necessário mudar os modos de vida e as relações que destroem o ambiente.

Fragmentos do comunicado da Via Campesina em Cancun, REDD NO, Cochabamba Sí, 9 de dezembro de 2010.

O acordo de Cancun é bom para os Estados Unidos e para os países desenvolvidos, mas é muito ruim para o clima. Não impede que a temperatura global aumente em mais de quatro graus centígrados. E, como mostrou com toda clareza a delegação da Bolívia, “recentes relatórios científicos mostram que 300 mil pessoas já estão morrendo a cada ano devido aos desastres relacionados com a mudança climática. Esse texto ameaça com o aumento do número de mortes anuais para um milhão”[...]

O acordo dá autorização para matar. Mais do que avanço, é um retrocesso. As nações desenvolvidas não ofereceram nada de novo em redução de emissões e nem em financiamento. Pelo contrário, conseguiram abrir os cadeados para dar marcha ré nos compromissos existentes e avaliar todas as rotas de fuga possíveis para escapar de suas responsabilidades. O texto comunica literalmente que os países concordam que as emissões nacionais “devem atingir um limite o mais rápido possível”, mas não especifica qual é esse limite, quando é o mais rápido possível, e nem o que acontece com os que não o cumprirem. *Luis Hernández Navarro, “Acuerdo de Cancún: licencia para matar”, La Jornada, 14 de dezembro de 2010.*

A mudança climática está acontecendo e suas consequências já são sofridas por milhões de pessoas — em particular as mais vulneráveis — e tudo indica que o problema se agrava a passos gigantescos. As causas do aquecimento global são perfeitamente conhecidas, como também o são as medidas necessárias para evitar que se aprofunde e acabe afetando a humanidade em seu conjunto. Entretanto, sabemos que os governos continuam se negando a fazer o que é sua obrigação para enfrentar seriamente o problema.

Em 1992, todos os governos do mundo comprometeram-se, em um convênio internacional, a adotar medidas para evitar o desastre climático. Surgiu, assim, a Convenção sobre a Mudança Climática, que quase todos os governos firmaram e ratificaram. Desde então, se passaram 18 anos, durante os quais os governos fizeram pouco ou nada para enfrentar o problema. Durante quase duas décadas se esteve violando o espírito da Convenção, que visava evitar que a mudança climática ocorresse. Devido a suas possíveis consequências para a sobrevivência da humanidade, tal violação pode ser catalogada como crime de lesa humanidade.

É claro que temos consciência de que os governos não atuam sozinhos e de que sob sua proteção operam grandes empresas (estatais e privadas) que lucram com a exploração e venda de combustíveis fósseis, que todos sabemos que são a principal causa da mudança climática. Também temos consciência do poder dessas empresas sobre muitos dos governos. Porém, isso não exime seus governos da responsabilidade (assumida ao firmar essa Convenção) de proteger esse bem comum da humanidade que é o clima do planeta. [...]

As últimas reuniões da Conferência das Partes da Convenção sobre a Mudança Climática não foram além de negociar – sem maior êxito – aspectos secundários, sem se decidir a enfrentar o cerne do problema: a eliminação total das emissões de combustíveis fósseis no menor prazo de tempo possível. [...]

O mundo ainda tem a esperança de que os governos adotem as decisões necessárias para evitar o desastre climático e está disposto a apoiá-los. Para que essa esperança possa reunir seu apoio, requerem-se sinais claros de uma mudança total de atitude. O principal sinal deveria ser o de colocar os combustíveis fósseis no centro do debate. Que se deixe de lado a discussão das falsas soluções às quais se tornaram tão adeptos (“sumidouros de carbono”, “desmatamento evitado – REDD”, “Mecanismo de Desenvolvimento Limpo”, “compensação de emissões de carbono”, etc.), e que se centrem no verdadeiro problema: em como sair rapidamente da era dos combustíveis fósseis. *Fragmentos de uma carta do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais*, novembro de 2010.

Para o presidente Felipe Calderón, os camponeses e indígenas que praticam agricultura de montanha são causadores do desmatamento. Segundo Calderón, ainda que a divisão agrária tenha sido uma questão de justiça social, continuá-la até o final do século passado provocou a divisão também de matas e florestas para serem utilizadas na agricultura. O presidente ignora que a maioria dos povos indígenas ocupam territórios ancestrais, reconhecidos pela Coroa espanhola através de títulos primordiais. Esses territórios se encontram entre as regiões melhor conservadas e com maior biodiversidade, daí que atualmente sejam cobiçados para estabelecer áreas naturais protegidas no âmbito de REDD+ para estabelecer reservas e florestas de carbono.

A agricultura mesoamericana que utiliza a técnica de manejo de florestas que o Presidente sataniza se orienta para a diversificação e se caracteriza por criar florestas e matas antropogênicas. Assim, as matas que se derrubam e queimam em um ciclo, para fazer a *milpa* ou lavoura, serão deixados em pousio por vários anos até que voltem a se regenerar e, durante a regeneração, estarão capturando mais carbono do que quando a mata já estava madura.

As montanhas mudam constantemente, pois em alguns anos planta-se em um local e em outros planta-se em um lugar diferente, mas não são desmatadas. O manejo da floresta implica saberes profundos e especializados na orientação da água da chuva e das correntes para evitar a erosão e garantir a boa irrigação, também nas temporadas e formas de fazer a roça, derrubada e queima para incorporar a maioria dos nutrientes ao solo e controlar o fogo. O manejo de florestas não é desmatamento. *Ana de Ita, “El presidente Calderón contra los campesinos de montaña”, La Jornada, 27 de dezembro de 2010.*

Cancun foi o cenário de um evento caro para beneficiar as transnacionais e governos mais contaminadores. Pelos resultados e pela dinâmica antidemocrática, poderia se dizer que foi uma reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC), como a de 2003, onde o camponês coreano Lee Kyoung-Hae imolou-se para mostrar a injustiça que significam esses tratados. Mas foi uma reunião do Convênio das Nações Unidas sobre Mudança Climática, na verdade convertido em uma nova Organização Mundial de Comércio de Carbono. O Sul global continua contribuindo com os mortos.

Os países mais contaminadores e suas grandes indústrias – os que mais emitiram gases de efeito estufa e lucram enormemente com eles, devastando o planeta de todos – conseguiram o que se propunham e mais: romperam qualquer compromisso vinculante de reduzir emissões; não estabeleceram nenhuma meta de reduções; criaram um fundo climático que será administrado pelo Banco Mundial; legalizaram novos mecanismos de mercado, incluídas as piores versões de REDD

(eufemisticamente chamado Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação de Florestas), que cria uma onda planetária de privatização de florestas e expulsão de comunidades, além de ser um grande alento à especulação financeira. Também conseguiram um comitê de tecnologia a seu gosto, que eliminou as referências às barreiras que as patentes constituem para o Sul e dá ampla participação às transnacionais e à indústria para imponham suas tecnologias. Os direitos indígenas e camponeses, a participação da sociedade civil não comercial, são mencionados decorativamente, sem efeito real.

Se isso foi uma negociação, o que o Sul global recebeu por tanta concessão? A resposta é surpreendente: nada. Somente promessas vazias, sem valor jurídico, sobre “mobilizar” fundos, “reconhecer a necessidade” de reduzir emissões, “abrir” processos, “avaliar” em futuros igualmente incertos. Enquanto os países historicamente mais contaminadores não assumem nenhum compromisso de redução, agora os países do Sul têm que informar sobre suas reduções. Isso não é ruim, mas a injustiça é evidente.

Para entender melhor o que aconteceu, é preciso ler os comunicados oficiais de forma inversa: onde se lê “consenso”, leia-se “discordância”, onde diz “multilateralismo”, leia-se “negociações secretas entre alguns”, onde diz “reconhecemos a necessidade de reduzir as emissões”, leia-se “os países do Norte não voltaremos a firmar compromissos vinculantes de redução”, onde diz “proteger as florestas”, leia-se “privatizá-las”, onde diz “recuperamos a confiança”, leia-se “recuperamos os créditos que o público pagará e aumentamos as indulgências de carbono”, onde diz “transferência de tecnologia”, leia-se “jamais evitarão o pagamento de patentes na tecnologia que venderemos ao Sul, baseada em seus recursos e subsidiada por eles mesmos”, onde diz “progresso”, leia-se “avanço de mecanismos de mercado e injeção de otimismo ao mercado financeiro especulativo”.

A lista é longa, e falta que onde diz “democracia e participação”, deve se ler “censura e repressão”, do que várias redes de organizações pela justiça ambiental e indígenas presentes em Cancun podem dar testemunho.

A presidência do México no Convênio encarregou-se de gerir esse resultado, com uma dinâmica igual à da OMC: chamando grupos de delegados em separado, eleitos pela própria presidência, para negociações ocultas, fragmentárias e nunca em seu conjunto completo, manipulando debilidades e desejos, confrontando seletivamente países ou regiões entre si, prometendo quem sabe que recursos. Finalmente apresentou, tardiamente para não dar tempo a consideração real em plenário – onde todos poderiam ver tudo -, um documento “final” não solicitado pelos órgãos do convênio e, como reclamou a Bolívia, com a opção de “pegar ou pegar”. Na mesma tônica, decidiu unilateralmente que a objeção argumentada pela Bolívia não necessitava ser levada em conta, arguindo arbitrariamente que não era necessário o consenso para decidir, o que é uma violação flagrante das regras do Convênio. Seria como afirmar, digamos, que se pode ter a presidência sem ganhar as eleições. [...] A Bolívia, por outro lado, defendeu, em Cancun, com dignidade e valentia, os interesses dos povos, expressos por mais de 35 mil participantes na Cúpula dos Povos sobre a Mudança Climática e os Direitos da Mãe Terra realizada em Cochabamba. Os movimentos e organizações sociais sabem disso, e se render não está na agenda. Silvia Ribeiro, “La Organización Mundial de Comercio de Carbono”, La Jornada, 18 de dezembro de 2010

“Condenamos os mecanismos de mercado, como o mecanismo de REDD (Redução de emissões por desmatamento e degradação de florestas) e suas versões + e ++, que está violando a soberania dos povos e seu direito de consentimento livre, prévio e informado, assim como a soberania de Estados nacionais, e viola os direitos, usos e costumes dos povos e os direitos da Natureza”, tal como o expressou a Cúpula dos Povos sobre a Mudança Climática realizada em Cochabamba, onde a CLOC-VC teve uma ativa participação.

Os projetos REDD (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal) são uma iniciativa, surgida das negociações sobre mudança climática, que pretende incorporar as florestas – e outros ecossistemas – aos mercados internacionais, para que necessitam atacar os direitos dos povos e das comunidades sobre suas terras e territórios. Esse mecanismo é um aprofundamento e uma expansão global da privatização e apropriação das florestas, páramos e terras agrícolas por parte dos estados e das empresas privadas. REDD implica a criação e o comércio global de serviços ambientais em prejuízo da soberania alimentar e dos demais direitos dos povos, promovendo seu controle por grandes corporações, o controle dos territórios e a militarização dos mesmos. Declaração da CLOC-Via Campesina em relação aos REDD, outubro de 2010.



O Ministério do Meio Ambiente equatoriano encontra-se empenhado em promover obsessivamente o Programa SocioBosque como um dos 6 componentes diretos da estratégia nacional REDD+ no Equador. Também está projetando o Programa Nacional Conjunto (PNC-REDD+), que se enquadra na Estratégia Nacional de Mudança Climática. Esse programa viola abertamente a Constituição, as leis nacionais e os acordos internacionais referentes aos direitos dos povos e nacionalidades indígenas, porque foi implementado há dois anos sem nenhum processo prévio de consulta aos povos indígenas. O PNC-REDD+ não somente aprofunda a mercantilização da natureza, mas também se encaminha a colocar o Equador como provedor de serviços ambientais no mercado Mundial.

Isso implica graves problemas. O primeiro é que o Equador estaria se introduzindo com força no mercado de carbono, que é volátil, pouco confiável, sujeito a alta especulação e que apresenta cada vez maiores sintomas de fraudes e calotes, como o diz a Interpol (Reuters, 4 de junho de 2010). Atualmente, o controle do mercado de carbono está quase em sua totalidade nas mãos do sistema financeiro internacional e de intermediários ou empresas que contaminam e destroem o meio ambiente. Outro problema é que se estaria envolvendo o Equador na perversidade do mercado mundial de água e de biodiversidade, pois significaria consolidar o que se conhece como "compensação" por destruição ou contaminação. Com esse mecanismo, seria permitido causar dano a fontes de água ou zonas com rica biodiversidade e poder "compensá-lo" através de investimentos em sua conservação em outros lugares do planeta. O mercado de serviços ambientais se tornaria um incentivo a práticas destrutivas sobre páramos, florestas, ou fontes de água.

Outro problema de REDD+ e sua modalidade SocioBosque ou SocioPáramo é que o Estado equatoriano, ao negociar com os contratos no mercado internacional, poderia

estar colocando grandes territórios do Equador – que pertencem em grande parte a povos e nacionalidades indígenas – como garantias ou hipotecas no mercado global de serviços ambientais. Para os compradores, é prioritário assegurar-se os direitos de propriedade sobre o carbono ou sobre o sequestro de carbono, sobre a biomassa, as árvores e outros tipos de vegetação e sobre as fontes de água. Assim, se estariam transferindo os direitos dos povos, em primeiro lugar ao Estado, e posteriormente aos compradores de bônus, os quais podem ser bancos ou empresas. REDD+ significaria a perda dos direitos coletivos dos povos sobre suas terras e territórios. É por isso que o PNC REDD+ enfatiza o interesse na medição, monitoramento e continuidade dos “benefícios múltiplos”, pois aos detentores de bônus, lhes interessa poder vendê-los ou simplesmente garantir à indústria a possibilidade de emitir mais gases de efeito estufa, destruindo a natureza com total impunidade e de maneira permanente. Acción Ecológica se suma a los Miles de Cancún, 5 de novembro de 2010.

Para muitos o Acordo de Cancun é positivo, provavelmente porque é mais forte a necessidade de manter a ideia de que “houve algum resultado” do que a de analisar verdadeiramente o conteúdo e as consequências do mesmo.

O acordo não estabelece compromissos vinculantes, empodera o Banco Mundial abrindo a possibilidade de maior privatização, endividamento e condicionalidades, estabelece fundos insuficientes para responder aos impactos do aquecimento global e para as medidas de adaptação a ele e arrisca a humanidade a uma elevação de temperatura em média acima dos 2 graus.

Quando as pessoas reivindicavam um acordo efetivo em Cancun, não falavam de um acordo a qualquer custo. A ideia não era essa. Longe de avançar para responder com responsabilidade à mudança climática, entregou-se abertamente ao “capitalismo selvagem” e suas instituições a gestão de uma crise de grandes dimensões que compromete a vida de milhões de pessoas.

Ainda que o resultado se coloque como a salvação do multilateralismo, paradoxalmente, põe em vigor o formato de “compromissos voluntários”, que é o “coração” do Acordo de Copenhague, e arrisca a que no futuro – como dissemos antes – os argumentos da “urgência” e da comoção do planeta diante da mudança climática justifiquem já qualquer saída, melhor se autoritária, melhor se mercantil, melhor se excludente, melhor se só mantiver o status quo das elites. Ou seja, adeus ao multilateralismo.

A solução está nos povos, e me atrevo a dizer que a agenda proposta pelo Acordo dos Povos apresentou uma linha de trabalho fruto de uma acumulação de lutas, de experiência e de propostas, e é um espaço que, com maior legitimidade, se atreveu a dizer a verdade.

Resta-nos, hoje, construir solidariedade para enfrentar a crise e proteger os mais vulneráveis, manter a digna luta pela justiça climática e acabar com a lógica da impunidade. Fragmentos do discurso de Elizabeth Peredo Beltrán, diretora da Fundação Solón, Bolívia, 13 de dezembro de 2010.

Revista *Biodiversidade, sustento y culturas* N° 67

Enero de 2011

<http://www.grain.org/article/categories/220-biodiversidad-ene-2011>